



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – CURSO DE MESTRADO**

ANA PAULA VICENTINI BONI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER UNIVERSITÁRIA SOBRE A
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM SUAS RELAÇÕES AFETIVAS NO ÂMBITO
DA CIDADE DE CAMPO GRANDE - MS**

**CAMPO GRANDE – MS
2025**

ANA PAULA VICENTINI BONI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER UNIVERSITÁRIA SOBRE A
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM SUAS RELAÇÕES AFETIVAS NO ÂMBITO
DA CIDADE DE CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes

**CAMPO GRANDE – MS
2025**

ANA PAULA VICENTINI BONI

Dissertação aprovada por:

Prof. Dr. Alexandre José de Souza Peres
Coordenador do PPGPsi/UFMS

Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes
Orientadora – UFMS

Prof^a. Dr^a. Josiane Peres Gonçalves
Membro Externo – UFMS Prof.

Prof^a. Dr^a. Constantina Xavier Filha
Membro Externo – UFMS Prof.

Prof^a. Dr^a Ana Cláudia dos Santos
Membro Interno - Suplente - UFMS

Dedico este estudo a todas as mulheres que enfrentam, diariamente, situações de violência, na expectativa de contribuir para a construção de um futuro mais livre e justo para todas.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª. Zaira de Andrade Lopes, por sua valiosa orientação, confiança, parceria e carinho antes e durante toda a trajetória deste trabalho. Minha eterna gratidão pelas suas intervenções, incentivos e pela generosa partilha de sua sabedoria e tempo.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Psicossociais, Históricos e Culturais na Constituição da Subjetividade (GEPAPHCS) da UFMS, carinhosamente conhecido como GENPSI, meu agradecimento pelas valiosas experiências, aprendizados e pelos momentos de confraternização.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMS e a todos os professores, com cujos conhecimentos e experiências contribuíram para a concretização desta pesquisa. Também expresso minha gratidão pelo apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001, que possibilitou o desenvolvimento deste estudo.

À minha irmã, Paola, cujo apoio incondicional e ajuda constante foram fundamentais para o sucesso deste percurso, meu sincero agradecimento. Aos meus pais, Janete e Luís, minha eterna gratidão pelos ensinamentos, pelo amor e por serem o alicerce mais sólido da minha vida.

Às minhas avós, Clarice e Nilda, e aos meus avôs, Barreirão (in memoriam) e Lauriano, expresso meu profundo reconhecimento pelo privilégio de tê-los em minha vida e pelas memórias afetivas que me deixaram.

Ao meu namorado Alison, o qual me ofereceu apoio inestimável em todos os momentos. Aos meus amigos das cidades de Lavínia, Campo Grande e Água Clara, que testemunharam meus momentos de ansiedade e nervosismo, minha sincera gratidão por estarem ao meu lado. Minha gratidão às amigas de mestrado Ana Maria, Cleberson e Vanessa, pelo compartilhamento de alegrias e desafios ao longo dessa caminhada.

Por fim, com um coração pleno de gratidão, concluo este percurso com a mais profunda e inabalável fé em Deus, o Farol que me guiou desde o princípio.

"[...] Um homem não te define / Sua casa não te
define / Sua carne não te define / Você é seu
próprio lar [...]" (Francisco el Hombre)

RESUMO

As marcas de um persistente sistema patriarcal ainda são muito presentes na sociedade atual, mormente quando se analisam parâmetros socioculturais que, de alguma forma, ainda balizam as desigualdades de gênero. Nesse contexto, a luta das mulheres tem sido ininterrupta em busca de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. Dentre as diferentes formas de violência, como a física, sexual, patrimonial e moral encontra-se a violência psicológica, a mais difícil de ser percebida, uma vez que as mulheres possuem dificuldade de perceber suas nuances e de se reconhecer como vítimas nas mais variadas situações. A violência psicológica é uma forma de violação contra as mulheres nas relações de gênero, uma vez que é contínua e gradativa, por se tratar de uma manifestação minuciosa de abusos que afetam direta ou indiretamente a sua psique, provocando-lhe contínuos prejuízos. Tendo em vista o exposto, esta pesquisa se propõe a investigar a violência de gênero dirigida à mulher, tomando como objeto a de viés psicológica, com o objetivo de analisar as representações sociais de estudantes universitárias sobre ocorrência dessa forma de violência no âmbito íntimo dos relacionamentos afetivos, nos limites das universidades situadas no município de Campo Grande – MS. Trata-se de uma pesquisa de intenção explicativa, de caráter qualitativo, com base em dois grupos focais compostos por 9 participantes ao todo, sendo estes estudantes das universidades de Campo Grande - MS. Como elemento disparador dos grupos focais foram utilizados uma notícia e um vídeo sobre violência psicológica, veiculados na imprensa online. Após a finalização dos grupos focais, utilizou-se o método de análise de conteúdo, de acordo com L. Bardin (2011); para organização dos discursos e para a análise e discussão fundamentou-se com a Teoria das Representações Sociais (1961) sistematizada por Moscovici e Jodelet (1989). Concluiu-se que as estudantes universitárias constroem representações sociais da violência psicológica em relações afetivas baseadas em papéis de gênero; porquanto as universitárias narraram diversas situações de violência psicológica, frequentemente envolvendo amigas, conhecidos ou familiares, em vez de suas vivências. Elas reconhecem a origem cultural dessa violência, enraizada nos papéis de gênero definidos pela família. Além disso, essas mulheres possuem um repertório informativo ampliado sobre gênero, adquirido tanto no *campus* da universidade quanto em plataformas online.

Palavras-chave: Representações Sociais; Violência de Gênero; Violência Psicológica; Estudantes Universitárias.

ABSTRACT

The marks of a persistent patriarchal system are still very present in today's society, especially when analyzing sociocultural parameters that, in some way, still guide gender inequalities. In this context, women's struggle has been uninterrupted in search of a society free from prejudice and discrimination. Among the different forms of violence, such as physical, sexual, patrimonial and moral, psychological violence is the most difficult to perceive, since women have difficulty perceiving its nuances and recognizing themselves as victims in the most varied situations. Psychological violence is a form of violation against women in gender relations, since it is continuous and gradual, as it is a detailed manifestation of abuse that directly or indirectly affects the psyche of women, causing extensive harm to the victims. In view of the above, this research aims to investigate gender violence directed at women, taking psychological violence as its object, with the aim of analyzing the social representations of university students about psychological violence in affective relationships at universities located in the city of Campo Grande - MS. This is an explanatory research, of a qualitative nature, based on two focus groups composed of 9 participants in total, being students from universities in Campo Grande - MS. As a trigger element for the focus groups, a news story and a video about psychological violence published in the online press were used. After the conclusion of the focus groups, the content analysis method was used, according to

L. Bardin (2011) to organize the speeches and the analysis and discussion were based on the Theory of Social Representations (1961) systematized by Moscovici and Jodelet (1989). It was concluded that female university students construct social representations of psychological violence in affective relationships based on gender roles. The interviewees described several situations of psychological violence, often involving friends, acquaintances or family members, instead of their own experiences. The female university students recognize the cultural origin of this violence, rooted in the gender roles defined by the family. In addition, these women have an expanded repertoire about gender, acquired both at university and on online platforms.

Keywords: Social Representations; Gender Violence; Psychological Violence; Female University Students.

LISTA DE SIGLAS

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

TCC - Trabalho de conclusão de curso

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

CF40 – Código Penal de 1940

CF88 - Constituição Federal de 1988

CNUSDM - Convenção das Nações Unidas Sobre Direitos das Mulheres

CIPPEVM - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher

CEDAW - Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

ONU - Organização das Nações Unidas

SEJUSP - Secretaria de Justiça e Segurança Pública

SEMU - Subsecretaria Municipal de Políticas para mulheres

TRS - Teoria das Representações Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Matéria jornalística sobre violência psicológica no BBB 24.

Figura 2. Matéria jornalística sobre os casos de violência doméstica no Mato Grosso do Sul.

Figura 3. Matéria jornalística sobre Vanessa Ricarte vítima de feminicídio.

Figura 4. Evolução dos tipos de violência sofridos por mulheres - 2005 a 2021.

Figura 5. Estudos sobre o Feminicídio de 2015 a 2023 no Brasil.

Figura 6. Fatores de vulnerabilidade à violência durante a pandemia da Covid-19.

Figura 7. Levantamento bibliográfico, periódico e científico no Portal da CAPES.

Figura 8. Eixo temático A – Tipos de Violência.

Figura 9. Eixo temático B - Socialização.

Figura 10. Unidades de sentido.

Figura 11. Núcleo Figurativo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização das universitárias do grupo I que participaram da pesquisa.

Quadro 2. Caracterização das universitárias do grupo II que participaram da pesquisa.

Quadro 3. Categoria A1 - Patriarcado.

Quadro 4. Categoria A2 - Violência Psicológica.

Quadro 5. Categoria B1 - O controle institucional.

Quadro 6. Categoria B2 - Expectativas sociais sobre as mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E O SILÊNCIO DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS	21
2.1 A categoria gênero e suas implicações na violência.....	21
2.1.1 A violência de gênero e suas múltiplas caracterizações.....	22
2.2 Teoria das Representações Sociais (TRS) e a questão do gênero.....	24
A violência psicológica no contexto das relações de gênero	26
2.5 As mulheres universitárias e os desdobramentos das suas relações afetivas	36
3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL ATUAL: A GRAVIDADE E OS DESAFIOS ANTE OS DADOS.....	40
3.1 A visibilidade da violência psicológica revelada nos dados estatísticos	40
4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS	48
4.1 Da universidade do espaço de saberes para o espaço de violências	48
4.2 Da natureza da pesquisa.....	50
4.3 Do campo empírico da pesquisa.....	54
4.4 Dos aspectos éticos da pesquisa	55
4.5. Das participantes	56
4.6 Dos procedimentos	57
4.7 Da técnica e dos instrumentos de coleta de dados	58
4.8 Dos procedimentos de análise e interpretação dos dados	60
5 RESULTADOS	61

6 CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
8 REFERÊNCIAS	89
9 APÊNDICES.....	99
9.1 APÊNDICE – A.....	99
9.2 APÊNDICE – B.....	100
9.3 APÊNDICE - C.....	105
9.4 APÊNDICE - D.....	106

1 INTRODUÇÃO

O universo acadêmico na atualidade ainda é uma meta desejada por grande parte da juventude, segundo uma pesquisa realizada por SEMESP (2023). A universidade é alvo principal de estudantes que possuem condições financeiras e meios para enfrentar o processo de seleção, assim como para se manter durante o período de formação. Diante da alta concorrência, o acesso é dado aquelas/aqueles que possuem grau de instrução necessário para vencer os desafios dos vestibulares, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros desafios de ordem social, econômica e cultural.

Nesse contexto, é ilustrativo o próprio tema da redação do Enem 2023: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade o trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, o qual promove um rico debate tendente a apresentar a condição atual de invisibilidade feminina, tal como propor uma intervenção que só lhe é possível se candidatas/os tiverem um bom conhecimento ou vivências sobre o assunto relacionado às temáticas de gênero.

Uma vez na universidade, as mulheres se veem diante de desafios inesperados: os grupos focais feitos com estudantes universitárias trazem à tona, imperceptivelmente, vivências de relacionamento abusivo, durante a graduação. Nessas relações, as violências começam com modos sutis, um sinal ou vestígio do que pode caracterizar uma violência psicológica. Relatos sobre falas do namorado, ou da mãe deste acerca das vestimentas delas, dos seus modos sociais, julgando-as o tempo todo; ditando sobre o como se veste, o como se fala e o como se comporta são indícios dessa forma de violência.

Quando se está presa a um relacionamento abusivo, a representação pessoal se esvai, tornando difícil até mesmo reconhecer a própria existência. A presença do outro consome, reduz e reconfigura quem somos.

Assim, ainda na graduação, esta estudante se interessou pela temática da violência psicológica. O que resultou no estudo para este trabalho de conclusão de curso sobre a percepção das mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Três Lagoas – MS. Após encerramento da graduação, houve o interesse em aprofundar os estudos e candidatar-se ao mestrado na busca de sanar os questionamentos sobre a violência contra as mulheres, em especial, a violência psicológica e os relacionamentos abusivos.

Com o mestrado adveio a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Aspectos Psicossociais, Históricos e Culturais na Formação da Subjetividade – GEPAPHCS/CNPq, conhecido afetivamente e publicamente como GENPSI – Gênero e Psicologia, condição que possibilitou os estudos na perspectiva de gênero e das violências contra as mulheres. A inserção no grupo permitiu analisar e discutir questões relacionadas às mulheres em situações de vulnerabilidade, integrando essas reflexões à minha prática profissional. Esse engajamento posteriormente influenciou a realização desta dissertação.

Desse modo, era de se esperar que as universitárias possuíssem informações atualizadas sobre a temática, dado a sua divulgação na mídia, em discussões, em debates e nas legislações pertinentes e que estas informações deveriam fazer parte não somente do universo científico, mas que houvesse o desenvolvimento de tais conhecimentos em seus cotidianos de vida. Contudo, foi perceptível durante o processo formativo que várias estudantes do curso de psicologia e, mesmo esta pesquisadora, posta em ambiente acadêmico, não conseguiam identificar as situações abusivas em seus relacionamentos, caracterizada como violência psicológica contra a mulher.

Assim, ao considerar o exposto e, a partir do panorama da violência contra as mulheres, que continua bastante significativo apesar de esforços dos movimentos sociais e feministas e das instituições públicas e privadas, foi possível questionar se as universitárias compreendem a violência psicológica e se conseguem identificar se estão ou não em um relacionamento abusivo. Em outras palavras, aquelas que vivem em um relacionamento íntimo abusivo percebem ou não os seus sinais indicativos e suas múltiplas caracterizações? Se o percebem, em que fase do relacionamento se dá essa representação?

A violência contra a mulher é considerada, atualmente, como um problema que alcança diferentes contextos da vida social, condição socioeconômica e as diferentes populações e grupos sociais. A mídia revela, com bastante frequência, o panorama dos registros policiais.

Silva e Oliveira (2015) nos revela que, no Brasil, a violência contra a mulher apresenta um alto índice de prevalência. Tal realidade necessita ser combatida por meio de ações de saúde pública, pelas instituições de defesa dos direitos humanos e demais políticas públicas.

No século XVI, transcorrer da história do Brasil, de acordo com Dorigon e Silvério (2018), percebe-se que os homens sempre comandaram os negócios, os investimentos e foram os provedores financeiros; enquanto as mulheres eram apenas vistas como obedientes, donas de casa e responsáveis pela educação dos filhos. Assim, era normatizado que estas eram sujeitas à ordem do marido, sob pena de serem castigadas por meio da agressão. Condição que revela a estrutura social que oprime e coloca o feminino na posição de submissão frente ao masculino, identificado na estrutura patriarcal da sociedade.

No sistema patriarcal, a representação do homem e da mulher colabora para o desencadeamento da violência, em especial, a doméstica que, ainda hoje, é considerada a naturalizada, perpetuando situações que remetem ao passado. Consequentemente e, por força dessa naturalização, as mulheres vivenciam diferentes formas da violência, seja física, moral, sexual, patrimonial ou psicológica. (Silva, Coelho e Caponi, 2007; Amaral, 2020).

No que se refere a essas variáveis de violência, chama a atenção aquela que ocorre por meio de palavras, frases e atitudes, em situações que envolvem o desrespeito, a humilhação, o constrangimento, as chantagens, dentre outras que causam prejuízos à saúde psicológica. Tais elementos são indicadores da violência psicológica. Demarca-se, em tempo, que estas acontecem, na maioria das vezes, no âmbito doméstico, nas relações de fórum íntimo, veladamente.

Neste estudo será desenvolvido a caracterização e as definições para a compreensão da violência com destaque para a violência psicológica. Conforme Preuss e Junior (2016), a violência psicológica não deixa lesões ou marcas aparentes. Ela atinge, frontalmente, o direito humano das mulheres, como por exemplo sua integridade e, por consequência, essas agressões refletem, com o tempo, de forma mais perceptível, na saúde corporal e psíquica da mulher.

As pesquisas de Schultz et al. (2021), Lopes (2009), Saffioti (1988) destacam que os principais agressores são pessoas conhecidas e que mantêm relações com as mulheres; em muitos relatos são os companheiros íntimos, maridos, namorados. Essa violência também é denominada e conhecida como Violência Por Parceiro Íntimo (VPI) (Casique e Furegato, 2006; Press e Júnior, 2016).

Quando a ação violenta ocorre no âmbito familiar ou íntimo, entre a vítima e seu agressor, desencadeia inúmeros transtornos psíquicos, tais como ansiedade,

sentimento de desvalorização; desmotivação e depressão. Nesse contexto, em alguns casos, chega-se a desfechos com suicídios.

Conforme os dados obtidos da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) em 2015, no Brasil, a violência psicológica aparece em segundo lugar, representando 30,92% dos casos (Brasil, 2015).

O relatório realizado pela, Subsecretaria Municipal de Políticas para mulheres - SEMU (2018), em Campo Grande – MS, é possível observar que a violência psicológica foi a segunda mais citada durante a entrevista realizada pela Subsecretaria. A pesquisa apresenta como resultado que 36% das entrevistadas admitiram já ter sofrido violência psicológica, o que explica que mais de 126 mil mulheres, acima de 10 anos, já foram vítimas de violência psicológica.

De acordo com o apontado por Preuss e Junior (2016), durante os relacionamentos afetivos, a maior dificuldade está em compreender o processo de identificação da violência psicológica, mesmo que se considerem sinais, tais como demonstrações de ciúmes, atitudes controladoras, ironias e situações de humilhação, indicadores de uma relação abusiva de violência psicológica.

Então, o primeiro passo para a prevenção é reconhecer os sinais de violência psicológica por mais sutis que pareçam, como quando o companheiro determina o jeito como a mulher se veste, pensa, come ou se expressa, além de o “parceiro” realizar críticas a qualquer coisa que ela faça; tudo passa a ser ruim ou errado ou ainda, quando desqualifica as relações afetivas com amigos ou família, ou seja, são sinais de violência (Preuss e Junior, 2016; Amaral, 2020).

No entanto, muitas vezes, as vítimas negam a situação, encobrem ou escondem, não as demonstram em público, ficam reclusas. Algumas vítimas se limitam socialmente, restringindo suas amizades, vivendo em condições de confinamento. Nesse contexto, tem-se atribuído como motivo esse silêncio omissivo, que faz com que a vítima permaneça nessa relação abusiva e violenta, conforme conceituado pela pesquisadora Lenore Walker ‘ciclo da violência doméstica’. (Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012; Preuss e Junior, 2016; Amaral, 2020).

É importante constatar que as consequências da violência psicológica envolvem toda a estrutura psíquica, física e social da mulher. Assim, como revelam as vítimas que sofrem esse tipo de violência, perdem o interesse em se cuidar, isolam-se; sentem-se cansadas e mentalmente esgotadas, podendo ter perdas expressivas na qualidade de vida. Por isso, Siqueira e Rocha (2019, p. 20) afirmam

que “a mulher que sofre agressões psicológicas, vivencia sentimentos que, geralmente, desconhece em si e, quando não se dá a importância necessária para tratá-los, pode progredir para sentimentos negativos e mais graves”.

Como já aludido por Preuss e Junior (2016), o termo “violência psicológica” vem sendo mais propagado e debatido. Entretanto, ainda é um desafio lidar com esse tipo de violência. Pois, muitos comportamentos, que são manifestados por homens em relação às mulheres, ou a elas dirigidos foram, ao longo das gerações, naturalizados e evidenciados como normal.

Segundo Echeverria (2017) que, mesmo com o destaque do termo “violência psicológica”, apenas explicar o significado desse tipo de violência não é o suficiente, se não houver um alarde mais objetivo de como atuar e quais seriam os papéis de outros profissionais a se investir.

Dessa forma, se considerarmos os avanços nas lutas feministas e nos movimentos sociais, na garantia de direitos e no combate à violência, assim como a atuação de políticas públicas na promoção, defesa e valorização da mulher, podemos levantar alguns questionamentos: por que ainda são altos os índices de violência contra a mulher? Por que as jovens universitárias demoram a perceber ou não percebem os sinais e as múltiplas caracterizações da violência psicológica e a sua materialização?

Para Lopes (2009), as Representações Sociais proporcionam um caráter dinâmico quanto à relação do sujeito com a compreensão e na construção do real, e situam-se na fronteira entre o social e o psicológico. Conforme citado por Lopes (2009), Jodelet enfatiza sobre a TRS (1989, p. 37) “[...] são abordadas ao mesmo tempo como ‘produto e processo’ de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social dessa realidade”.

A pertinência dessa investigação reside nos dados expostos durante as discussões, quando é possível compreender a necessidade inesgotável de propor pesquisas que abordem tal temática, para ampliar o debate. Por isso, ao pensar uma pesquisa em representações sociais, focaliza-se a possibilidade de compreensão da dimensão subjetiva e social das mulheres universitárias, importante para elaboração e aprimoramento de campanhas, publicações e intervenções voltadas ao tema violência psicológica.

Considerando os apontamentos discutidos nesta introdução, esta investigação propõe-se, como objetivo geral, analisar as representações sociais sobre a violência

psicológica em relacionamentos afetivos, para um grupo de estudantes universitárias de Campo Grande – MS. Os objetivos específicos constituem-se em (1) conhecer os aspectos históricos, sociais, culturais da constituição de gênero; (2) identificar os sentidos atribuídos à violência psicológica pelas universitárias participantes do estudo e (3) levantar os elementos que configuram as RS de violência psicológica para esse público específico.

Para isso, o presente trabalho foi dividido em seis capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução com a contextualização da problemática e os objetivos de estudo; o segundo capítulo, a discussão sobre a violência psicológica e as relações afetivas, a compreensão deste tema como parte das relações sociais associadas ao gênero e à violência; o terceiro capítulo compõem-se da demonstração dos indicativos e o dimensionamento estatístico da violência contra a mulher no Brasil atual, com enfoque na violência psicológica; e o quarto capítulo destina-se a tratar dos procedimentos teórico-metodológicos; das contribuições da Teoria das Representações Sociais que fundamenta a análise dos resultados, oferece os instrumentos para a produção de dados; para caracterização das participantes e do campo de investigação, além de prover as técnicas para a organização e análise dos dados; o quinto capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da análise das informações e valoração dos elementos da investigações pelos grupos de universitárias participantes no estudo. E por fim, o sexto capítulo efetiva as considerações finais.

2 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E O SILÊNCIO DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os estudos sobre o fenômeno psicossocial da violência dirigida à mulher, em especial, sobre a violência psicológica. Ao considerar a violência desferida contra as mulheres, é necessário compreender que essa se constitui como um fenômeno resultante das relações entre os femininos e masculinos, marcadamente constituídas na sociedade estruturada pelas relações de poder patriarcais. Assim, nesta seção serão apresentadas as concepções e a caracterização das violências, em especial a violência psicológica, sob a perspectiva dos estudos de gênero e suas categorias de análises como gênero, patriarcado e violência de gênero.

2.1 A categoria gênero e suas implicações na violência

Em seu estudo, Figueiredo (2009) aponta que vivemos em um mundo onde persiste uma relação de dominação do masculino sobre o feminino, resultando em uma forte desigualdade de gênero. Para compreender essa dinâmica, é útil recorrer aos estudos de Joan Scott sobre a categoria de análise gênero.

De acordo com Scott (1991), o gênero deve ser entendido como uma categoria de análise que visa revelar os elementos históricos e culturais que constituem as identidades femininas e masculinas na sociedade. Além disso, esse conceito destaca as relações hierarquizadas de poder que se estabelecem nas interações entre os diferentes gêneros.

Nesse sentido, ao abordar o gênero, é fundamental enfatizar o significado das relações de poder. Essas relações são construídas ao longo do tempo e envolvem inúmeras desigualdades entre homens e mulheres, com oportunidades muitas vezes dominadas pelos homens. Dessa forma, a dominação, nesse contexto, pode ser definida como "a autoridade exercida soberanamente; autoridade, soberania, exercício do poder sobre indivíduos ou grupos" (Aurélio, 1986).

Ademais, Scott (1991) argumenta que o gênero é uma forma de evidenciar as "construções sociais" — a criação totalmente social das ideias sobre os papéis atribuídos aos homens e às mulheres (p. 7). Essas construções sociais se manifestam em diversos contextos, como linguagem, cultura e representações

sociais, influenciando as relações políticas, econômicas e filosóficas que constituem as normas e valores de uma sociedade.

Complementando essa perspectiva, Lopes (2000) amplia a compreensão ao afirmar que o gênero deve ser abordado de maneira ampla, considerando o plano das relações sociais. Sob essa ótica, essas relações são vistas como uma construção histórica e social, evidenciando seu caráter cultural e sócio-histórico.

Por sua vez, a estrutura patriarcal, como analisado por Seus (2019), não só afeta a hierarquização entre os gêneros, mas também se opõe aos interesses das mulheres. Portanto, o patriarcado, uma formação histórica e social, é representado pela figuração masculina no centro de um poder atribuído pela diferenciação sexual de gêneros.

Conforme Lerner (2019), o patriarcado é um sistema social e cultural onde os homens exercem controle predominante e autoridade em diversas áreas da vida, como na família, no ambiente de trabalho e nas instituições sociais. A autora ressalta que o patriarcado não é apenas uma estrutura de poder, mas um conjunto de normas e práticas que perpetuam a desigualdade entre os sexos. Em outras palavras, o patriarcado pode ser visto como um sistema que oprime as mulheres.

Portanto, entender os conceitos de gênero e patriarcado é essencial para compreender as relações de poder e a violência de gênero. O patriarcado estabelece e perpetua normas de gênero que sustentam desigualdades e hierarquias sociais, enquanto a violência de gênero atua como um meio de manter essas desigualdades. Nesse propósito é que se aborda no próximo subcapítulo a violência de gênero e suas múltiplas caracterizações.

2.1.1 A violência de gênero e suas múltiplas caracterizações

A sociedade brasileira possui uma história marcada pela violência contra as mulheres, também denominada violência de gênero (Barufaldi et al., 2017). Nesse contexto, todos os aspectos que constituem esse tipo de violência estão presentes nas narrativas sociais da formação e evolução da sociedade nacional, como o patriarcado, o machismo, a dominação, a legitimação social, a permissividade social e política, entre outros (Vigano e Laffin, 2019).

Apesar dos avanços da ciência, do acesso à informação e do ordenamento jurídico, observa-se que as mulheres ainda são vítimas de atos discriminatórios apenas por serem mulheres. A persistência desses atos reflete a dificuldade em

superar a normalização dos abusos contra as mulheres. Dorigon e Silvério (2018) explica:

A violência contra a mulher decorre de um cenário histórico, sendo este marcado por extrema submissão, exploração e humanidade em relação aos homens. Ao longo de toda história essas pessoas foram alvos de discriminação no que tange a gênero, classe e poder (p.1).

Para enfrentar essa situação, lutas sociais foram historicamente travadas, sendo elas parte do movimento que a sociedade e as mulheres chamaram de feminismo (Saffioti, 2010). Nesse sentido, o próprio processo do feminismo trouxe a emancipação feminina, visando estimular as representações femininas na política, na arte, no esporte, e em outros espaços de liderança, promovendo um tratamento justo nas relações de gênero e sociais (Hooks, 2018).

Além disso, Rowley (2011) destaca que Simone de Beauvoir sustentava o viés feminista do movimento como um instrumento essencial para as mudanças culturais, históricas e políticas que impactam as desigualdades de gênero.

Em relação ao processo de inibir os diferentes tipos de violência, Saffioti (2011) destaca que a desconstrução da dominação do feminino não é uma tarefa fácil, considerando as molduras sociais construídas ao longo dos anos e que ainda refletem no âmbito das relações de gênero atuais. A discussão permeia a heterogeneidade que envolve a violação contra a mulher na maioria das vezes por sujeitos do sexo masculino. Por isso, o processo de desconstrução não é impossível, mas requer a disposição de informações que possam servir como delineadoras das condutas criminalizadas no âmbito das relações de gênero e, mais do que isso, da emancipação das mulheres, para que possam se posicionar de forma ativa dentro destas relações (Butler, 2018).

Na busca pela liberdade, Silva (2018) explana sobre tal questão destacando que:

Essa associação do ambiente com a vida libertária e emancipada tem sido um dos focos de ação e de epistemologia no que se vem convencionando chamar de **empoderamento feminino**, sobretudo na América Latina. O fundo temático desta discussão teórica está diretamente ligado aos movimentos sociais de mulheres e em prol de meninas, seja por meio da educação ou por meio de propagandas nacionais que visam à proteção de meninas e mulheres contra toda forma de violência, na denúncia contra todo tipo de exploração sexual (2018, p. 91, grifo nosso).

A questão de gênero está interligada com o processo de empoderar mulheres. (Silva, 2018). Com isso, Campos (1999) afirma então que o empoderamento de mulheres que foram moduladas para servir ao sexo masculino deve se reproduzir

pela dotação de conhecimentos necessários para libertá-las das correntes históricas e sociais.

Consequentemente, o empoderamento feminino possibilita o fortalecimento de uma rede protetiva e de uma luta constante pela representação social das mulheres (Vigano e Laffin, 2019). Por isso, Arruda (2002) destaca a importância da discussão em torno da Teoria das Representações Sociais (TRS) como um meio de promover maior expressividade e reconhecimento em relação à igualdade entre os gêneros.

2.2 Teoria das Representações Sociais (TRS) e a questão do gênero

A Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Serge Moscovici em 1961, surgiu como uma alternativa à Psicologia Social tradicional. Essa teoria inovou ao introduzir a ideia de que tanto os comportamentos sociais quanto os fenômenos são compreendidos com base no contexto histórico em que estão inseridos, sem desconsiderar os conteúdos dos fenômenos sociais.

Seguindo essa linha de pensamento, Arruda (2000a) argumenta que compreender as representações sociais como um fenômeno temporal e histórico é essencial para entender as manifestações de violência contra a mulher. Isso ocorre porque tais manifestações são frutos da disparidade cultural estabelecida pelo patriarcado entre os gêneros.

Não obstante, seja necessário reconhecer que, com o passar do tempo, aconteceu um crescimento das representações sociais de diferentes camadas da sociedade brasileira, mesmo que ainda denotem traços do patriarcado cultural (Xavier et al., 2016).

A partir dos estudos da TRS, passou-se a compreender a violência de gênero dentro da Psicologia Social, focando na assimetria simbólica entre os gêneros. Amâncio (1994) destaca que a análise da violência de gênero leva em conta os pensamentos e comportamentos estabelecidos nas relações entre homens e mulheres, aprofundando a discussão sobre a desigualdade de gênero.

Dessa forma, a TRS busca entender a representação cultural imposta às mulheres na sociedade e trabalhar para desconstruí-la. Isso é feito por meio do fomento ao empoderamento delas e pela realocação do papel feminino no contexto social (Arruda, 2000b).

Arruda (2000b, p. 8) aponta que o desenvolvimento da TRS é pautada em estratégias, tais como:

- "A realidade é socialmente construída, o que indetermina as fronteiras entre o sujeito e o objeto;
- Que esta realidade construída se constitui no processo de interação/comunicação;
- Que, em sociedades complexas, multifacéticas, na era da informação e da velocidade das comunicações, a representação social é característica da organização do pensamento social."

De acordo com a TRS, Amâncio (1994) explora o como os indivíduos se identificam na sociedade e, especificamente, como as mulheres compreendem sua identidade em interações sociais. Esse processo envolve a identificação com padrões assimétricos e a adaptação das concepções de papel social e representatividade nas relações de gênero.

A base teórica desta investigação é sustentada pelas ideias de Moscovici (2010) sobre a TRS. Ele apresenta o conceito de representações sociais como ideias e significados construídos e compartilhados coletivamente, que fazem parte da vida social através das interações entre os sujeitos. Essas representações influenciam crenças, comportamentos e pensamentos socialmente compartilhados.

As vertentes presentes na Teoria das Representações Sociais envolvem a **centralidade das RS** que, por sua vez, desenvolve o processo de construção mental, essencial para a interpretação do mundo social; promove o **processo de ancoragem** "**Anchoring**", que abarca o vínculo entre um antigo objeto ou fenômeno ao um novo; e a **objetificação** "**Objetification**", que trata da forma como um conceito ou objeto se fixa na mente de um sujeito e como este reage ao **conflito e à mudança** que é o processo de evolução com o tempo, principalmente relacionado às questões sociais que tornam-se significativas (Moscovici, 2010, grifo nosso).

Adicionalmente, Arruda (2002) enfatiza que as relações sociais diárias são efeitos de representações adquiridas naturalmente. Assim, as representações sociais têm uma dupla proporção, envolvendo o sujeito e a sociedade, e ajudam a construir uma realidade comum.

Moscovici (2015) define ancoragem como o processo de associar algo novo a uma categoria previamente conhecida, permitindo que o sujeito integre o novo objeto ao seu conjunto de valores pessoais. Em contraste, a objetificação envolve a

transformação de conceitos em imagens concretas, preenchendo o vazio do conceito original (Moscovici, 2004).

Portanto, a ancoragem mantém a memória em movimento, categorizando e designando objetos e momentos. A objetificação cria conceitos e imagens que são exibidos no mundo exterior, influenciando como a realidade é percebida e interpretada.

Finalmente, a análise das representações sociais proporciona uma compreensão aprofundada da violência psicológica enfrentada por mulheres universitárias em suas relações afetivas. Dentro desse contexto, a TRS oferece elementos valiosos para decifrar as características da violência de gênero, a qual, ao ser assimilada como parte do senso comum, integra-se ao cotidiano das mulheres ao redor do mundo.

Por isso, segundo Amâncio (1994) e Arruda (2000a; 2000b; 2002), para que a identificação da violência psicológica seja possível a partir do ponto de vista subjetivo das vítimas é importante delinear esse tipo de violência, caracterizando-o, investigando pontos que servem de base para um apuramento das representações sociais e identificações sociais existentes nesse contexto. O que será apresentado pela próxima seção deste relatório.

2.3 A violência psicológica no contexto das relações de gênero

As pesquisadoras Cunha e Sousa (2017) destacam que a violência psicológica é uma forma de violação da mulher que ocorre dentro da relação conflituosa de gênero. Esse tipo de violência pode-se manifestar de forma isolada ou em conjunto com outras formas de violência. Nesse contexto, as manifestações violentas são vistas como reproduções culturais de uma construção social que hierarquiza os gêneros, colocando a mulher em uma posição desigual. Seus corpos são dominados por crenças, padrões e tabus socialmente limitantes e opressivos (Amâncio, 1994).

Corroborando essa perspectiva, Xavier et al. (2016) explicam que a violência psicológica é uma consequência das representações sociais entre homens e mulheres, originada pela imposição da cultura patriarcal. Essa cultura não só domina o corpo feminino, mas também contribui para a normalização dos abusos psicológicos e de outras formas de violência contra a mulher.

Além disso, Xavier et al. (2016) destacam que "a violência psicológica é a mais difícil de ser identificada, por se tratar de uma violência silenciosa que muitas vezes passa despercebida, sendo um pressuposto para a ocorrência dos demais tipos de violência, em um ciclo vicioso que, quase sempre, culmina em agressão física" (p. 3).

No âmbito legal, a Lei Maria da Penha classifica a violência psicológica como aquela que afeta a psique humana por meio de ações, falas, comportamentos e outros que causam sentimentos de humilhação e sofrimento psíquico contínuo (Amaral, 2020).

De acordo com o Art. 7º, inciso II da Lei Maria da Penha, a violência psicológica atinge o emocional e a autoestima das vítimas, impactando diretamente suas estruturas psíquicas (Amaral, 2020).

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006).

A violência psicológica costuma ocorrer de forma gradual, começando com abusos menos intensos e intensificando-se ao longo do tempo. Muitas vezes, o sofrimento causado por essa vertente é silenciado, passando despercebido por terceiros e até pelas próprias vítimas, que frequentemente veem a situação como normal devido a crenças culturais e históricas (Silva, 2018). Cunha e Sousa (2017) informam que o agressor utiliza essa forma de constrangimento para manipular a psique da vítima, por meio de chantagens, chacotas e ações que comprometem sua saúde mental. Esse sofrimento é interno e silenciado, o que aumenta os riscos associados a esse tipo de violência.

Silva (2018) destaca que a manipulação psicológica pode causar danos variados, que se intensificam com a gravidade dos abusos. Ela degrada a saúde psíquica das vítimas, com constantes ações do agressor que minam o equilíbrio emocional e mental das mulheres (Amaral, 2020). Amaral (2020) ressalta que, assim como a violência psicológica pode ser silenciosa, os danos que ela causa são

difíceis de mensurar, sendo apenas as vítimas capazes de avaliar a extensão dos abalos psíquicos.

Sobre os danos experimentados pelas vítimas dessa forma de violência, Amaral destaca que:

As lesões trazidas por essa modalidade de violência são imensuráveis, podendo até mesmo ser irreversíveis na vida da mulher, pois afeta principalmente a saúde mental da vítima, gerando consequentemente ansiedade, baixa autoestima, depressão, sentimento de culpa, de incapacidade e de dependência, danos estes que fazem com que a mulher acabe se afastando de seus familiares e do seu ciclo de amigos, se tornando cada vez mais submissa ao agressor (2020, p 13).

Assim como, pelo seu caráter psicológico, pode ser silenciosa, os danos por ela produzidos são difíceis de serem mensurados, sendo apenas as vítimas capazes de dimensionar o teor de lesividade dos abalos psíquicos (Amaral, 2020). Da autobiografia de Fernandes, pode-se extrair a seguinte narrativa de experiência de vida:

Atormentavam-me as agressões em forma de chutes no pé da cama, ou solavancos, quando, em meio a “conversas” do tipo acima, eu cochilava por força do efeito dos medicamentos e ele despertava-me, dizendo: “Só porque eu cheguei você inventou de dormir.” Todas as vezes que Marco ia visitar-me, eu ficava ainda mais angustiada e debilitada e isso se refletia no meu estado clínico, que piorava, a ponto de eu sentir falta de ar, sendo necessário, na maioria das vezes, chamar o médico plantonista (2014. P. 42).

As formas de torturas psíquicas relatadas por Fernandes (2014), na citação apresentada, revelam ações de ameaças, como os chutes na cama, os solavancos, as menções de verbalizar “só porque cheguei você inventou de dormir” e outras que podem ser lidas no livro escrito pela autora. São ações que revelam a crueldade simbólica e, muitas vezes, mascaradas por expressões rotineiras, incutidas nas representações do ser feminino.

Ações estas que, de acordo com Xavier et al. (2016) são comumente adotadas por abusadores outrem no âmbito das relações de gênero, propagando um ciclo vicioso que deteriora a saúde mental das vítimas, reduzindo a autoestima e reproduzindo recolhimento das suas representações pessoais nas relações de afeto.

Como dito por Siqueira et al. (2018), na violência psicológica o agente violador utiliza-se de diferentes ações que possam atormentar o psicológico das vítimas, sejam falas, gestos, expressões e outras, as quais lhes provoquem apavoramento e, com isso, exerça sobre elas manipulação psíquica. Muitas são as formas de

violência psicológica desferidas contra a mulher dentro de uma relação de gênero, indo desde as manifestações mais leves, até mesmo as mais severas (Amaral, 2020). Das palavras emitidas por Cunha e Sousa, pode-se extrair o seguinte texto abaixo destacado, na íntegra:

Na maior parte das vezes, ela começa com tensões vivenciadas cotidianamente pelos casais: desemprego, problemas financeiros, opiniões diferentes quanto à educação dos filhos, ciúmes etc., e, infelizmente, consideradas normais na maior parte dos relacionamentos. Ocorre que, com o tempo, essas tensões tendem a aumentar, passando às violências físicas, podendo chegar até mesmo ao assassinato (2017, p. 3).

Seja qual for a tensão vivenciada, nenhuma delas justifica a prática de abuso psicológico (Cunha e Sousa, 2017). Algumas formas são tão imperceptíveis que, em muitos casos, podem ser normalizadas ou passar despercebidas pelas próprias vítimas (Amaral, 2020).

Tal normalização, de acordo com Amâncio (1994), é fruto da construção social da diferença entre gêneros. Arruda (2000b) destaca que para que seja possível reposicionar a mulher nas relações de gênero, é preciso alterar a representação social culturalmente construída, por meio de um processo de mudança.

Siqueira et al. (2018) revelam que é muito comum também que, de tão fragilizadas psicologicamente as vítimas não tenham forças para identificar e denunciar a violência psicológica sofrida. Fernandes destaca em sua biografia a seguinte indicação de experiência de vida:

Eu me sentia tão insegura na sua presença que, quando estava próxima a sua chegada, eu pedia a minha irmã que se escondesse no banheiro, para alguma eventualidade. Apesar de todo o sofrimento de que eu padecia e também minha família, por ocasião das visitas no hospital Marco aproveitava para transformá-las em muro de lamentações, ou verdadeiras sessões de tortura psicológica ou, no mínimo, de preocupações, quando culpava-me pelos malfeitos das domésticas, acusando-me de não as haver orientado corretamente; comunicava que havia decidido diminuir as despesas com a alimentação, por serem demasiadamente altas, o que me levava a imaginar a queda do padrão alimentar das crianças. Não só ele reclamava, mas externava sua irritação com a presença de pessoas amigas ao meu lado: “Para que toda esta maricada lhe paparicando? Se no hospital existem enfermeiras é para que a família não se intrometa”, costumava dizer-me, cruel e friamente (Fernandes. 2014, p. 41-42).

O fragmento do relato citado, revela as ações em afetação da autoestima, de Fernandes (2014), o que pode gerar um progressivo sofrimento psíquico capaz de induzir ao surgimento de inúmeras patologias psíquicas, a exemplo dos quadros de ansiedade, depressão e outros.

É comum que o mesmo domínio de poder exercido durante anos pelos efeitos do patriarcado, coexista na relação de gênero marcada pela violência dessa ordem (Amaral, 2020). Isto porque, como indicado por Schwab e Meireles (2017), na violência psicológica o homem exerce um certo domínio psíquico da sua vítima, alocando-a como a própria protagonista do sofrimento experimentado.

De acordo com as estudiosas Schwab e Meireles (2017), há, portanto, a construção de uma falsa idealização de que a vítima contribua para todo o ciclo de torturas psíquicas vivenciadas, utilizando-se de fatos relevantes na vida dela para dispor de ameaças torturantes e tratamentos degradantes.

Para Louro (2000), advém do acultramento do corpo feminino, o qual fora educado para servir e, o do homem, educado historicamente para dominar. Padrões relacionais estes que, em Arruda (2000a), ganham assimetria singular nas repercussões das violências de gênero, sendo elas, fruto de identificações sociais que precisam ser alteradas.

O estudo de Sá ainda destaca que:

[...] uma complexidade da violência doméstica em forma psicológica ser perpetrada com ditas escusas de brincadeiras ou sem uma direta intenção de ofender a vítima. Ocorre que, mesmo sem a intenção direta e vontade de ofender, a violência psicológica ocorre por meio de humilhações, segregações, ridicularizações e diversas outras formas onde existe um atentado ofensivo a psique (Sá, 2021, p.14).

Miguel e Biroli (2014) revelam que essa forma de violação de ordem psíquica contra as mulheres foi protagonizada não apenas pelo homem, como também por mulheres e pelo próprio sistema legal vigente. Os autores destacam que:

As dores psicológicas relacionadas à domesticidade e aos papéis convencionais de gênero, expressas a partir da experiência das mulheres de classe média, não são equivalentes às privações materiais que incidem diretamente na organização da esfera doméstica, mas também na relação entre esfera doméstica, trabalho e esfera pública na vida das mulheres pobres (Miguel; Biroli, 2014, p. 37).

A perpetuação dessa forma de violência é altamente nociva, uma vez que pode produzir outros tipos de danos mais severos para a saúde e vida das vítimas (Amaral, 2020). Ponto esse onde Saffioti destaca que:

Há escalas psiquiátricas e psicológicas destinadas a medir as probabilidades de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem, considerando-se, aqui, até mesmo animais assassinados com crueldade. A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às

investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem (Saffioti, 2011, p. 118).

Amaral (2020) informa que a violência psicológica pode ocorrer em qualquer tipo de relação íntima de afeto, assim como nas relações afetivas que envolvam parceiros diferentes dos companheiros íntimos, ou seja, pode-se tratar de relações entre companheiros afetivos, familiares, amigos e afins, desde que a vítima seja uma mulher e o agressor homem ou mulher. Um cenário comum é o acontecimento do ciclo de violência psicológica entre jovens, afetando principalmente aquelas que estão iniciando a fase adulta, inseridas em relações sociais mais significativas, como as mulheres universitárias.

No ensejo da violência psicológica ocorrida no âmbito acadêmico é imprescindível a criação de políticas públicas educativas, que tenham o condão informativo quanto ao tipo de violência e sua caracterização, sendo tais políticas capazes de retirar o véu de neutralidade construído pelo machismo e impulsionar as denúncias dos casos, por vítimas ou por terceiros que venham a presenciar a ocorrência das violações contra as jovens mulheres (Monteiro, 2021).

Na próxima sessão será tratado da dimensão jurídica, dispondo de mecanismos preventivos e punitivos, bem como as políticas públicas de proteção às mulheres.

2. 4 A dimensão jurídica e as políticas públicas de proteção às mulheres.

De acordo com Lopes (2009), apenas a partir da década de 1970 movimentos sociais sobre a violência contra a mulher começaram a se destacar globalmente. Nesse sentido, os diplomas normativos atuais, como a Lei n. 11.340 de 2006 – Lei Maria da Penha –, são frutos de encontros e convenções internacionais que ocorreram a partir de 1970 (Xavier et al., 2016).

Além disso, Prá e Epping (2012) mencionam que a primeira reunião no cenário político internacional foi a Conferência Mundial Sobre a Mulher, ocorrida em 1975, na cidade do México, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde foram debatidas questões sobre a necessidade de promoção de direitos das mulheres no âmbito das relações de gênero, dando origem à Declaração e ao Plano de Ação de México, documentos estes que passaram a estabelecer bases de abordagens para as questões de gênero e violência contra a mulher no cenário internacional.

Logo após, em 1979, também organização pela ONU, ocorreu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a qual ficou popularmente conhecida por Convenção das Nações Unidas Sobre Direitos das Mulheres (CNUSDM), originando um tratado internacional de proibição da discriminação contra o gênero feminino em todas as esferas sociais, principalmente no que diz respeito à violência de gênero (Montebello, 2000). Resende e Eptácio (2016) informam que o tratado originado por esta conferência foi um marco no âmbito da proibição internacional de todas as formas das violências de gênero em desfavor das mulheres.

Seguindo essa linha, em 1993, a ONU elaborou a Declaração de Viena, que abordou pautas de Direitos Humanos e influenciou outros encontros internacionais sobre os direitos das mulheres (Prá e Epping, 2012). Ainda em 1993, foi adotada a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (DSEVCM) pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Esse documento definiu a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e estabeleceu medidas de prevenção e combate (Prá e Epping, 2012).

Conforme Montebello (2000), a convenção de 1994, mencionada anteriormente, passou a vincular o Brasil ao plano internacional de responsabilização pela violência de gênero, abordando a responsabilidade do Estado brasileiro na busca pela prevenção, punição e erradicação das violações contra a mulher, por se tratar de violações diretas aos direitos humanos

No ano seguinte, em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU, dando origem a denominada Plataforma de Ação de Pequim, abordando várias questões relativas à igualdade de gênero, com ênfase para a violência contra a mulher (Xavier et al., 2016). Da apresentação de abertura deste documento, tecida por Maria Viotti, pode-se extrair o seguinte fragmento textual-normativo:

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo. A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação

governamental. A essas inovações conceituais veio juntar-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados (Organização das Nações Unidas, 1995, p. 149).

Nota-se do fragmento acima que o entendimento sobre o conceito de gênero, no ano de 1995, ganhou nova conotação estabelecida pela aceitação de que havia uma influência direta de padrões socialmente e culturalmente estabelecidos, os quais, de forma desigual, implicavam nas violações contra a mulher, mas que eram passíveis de serem alterados (Organização das Nações Unidas, 1995).

O estopim para que o Brasil legislasse sobre leis protetivas da mulher adveio do caso popularmente conhecido de Maria da Penha Fernandes, mulher vítima de um ciclo de violências protagonizadas pelo seu ex-companheiro e que, em um último episódio quase a levou ao óbito, resultando numa condição de tetraplegia permanente (Fernandes, 2014).

A Lei 11.340/2006, criada como instrumento jurídico com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como é observado no seu Art.6º “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”, não só engloba todas as propostas feministas, mas também confere categoricamente o predomínio a uma forma de violência contra mulheres “(...) qual seja, a “violência doméstica e familiar” concebida como uma “violação dos direitos humanos das mulheres” e como uma forma de violência “baseada no gênero” (Art. 6) (Santos, 2008, p 27).

No Art. 5, da Lei Maria da Penha, observa-se que

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (Brasil, 2006).

Antes do ano de 2006, as violências sofridas por mulheres em relações de gênero eram abrangidas pelo sistema jurídico comum, por crimes já tipificados pelo

Código Penal de 1940 (CF40), a exemplo dos crimes de estupro, lesão corporal, homicídio e outros (Xavier et al., 2016).

De acordo com Saffioti (2011), a violência psicológica não era um crime abrangido pelo sistema jurídico anterior ao ano de 2006, portanto, condutas que se configurassem como tal abuso eram tratadas pelos crimes contra a honra humana.

Nota-se que a violência psicológica, nas relações de gênero, frequentemente figura como uma questão preocupante. Isso tornou-se ainda mais latente durante a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020. Nesse período, registrou-se o aumento dessa vertente devido a alguns fatores como confinamento e isolamento social, estresse e ansiedade, desigualdade de gênero, limitação ao acesso de serviços de apoio, aumento da vigilância e controle e amplificação de tensões. Por isso, foi promulgada a Lei n. 14.188¹ de 28 de julho de 2021, que passou a criminalizar a violência psicológica, ou seja, atribui-se para tal violência uma pena mais elevada que, de acordo com o art. 147-B, inserido no Código Penal brasileiro, passou a ser de reclusão de 6 meses a 2 anos (Brasil, 2021).

Fernandes (2014) relata em sua autobiografia memórias de dor e sofrimento que, em muitos recortes, evidenciam um alto teor de abusos psicológicos seguidos de outros tipos de violações, a exemplo das violências físicas, moral e mesmo sexual. Com o objetivo de se evitar que mais mulheres passassem pelo mesmo sofrimento que o seu, ela travou uma guerra judicial com o Estado brasileiro e, sem resultado, buscou por amparo no âmbito internacional, conseguindo que o Brasil fosse obrigado a elaborar lei específica de repreensão aos tipos de violência de gênero contra a mulher (Xavier et al., 2016).

No ano de 1988, a promulgação da Constituição Federal, documento responsável pela consolidação da democracia e fortalecimento dos direitos humanos e sociais, abordou a relação de igualdade nos termos do Art. 5º:

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição (Brasil, 1988, grifo nosso).

¹ Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com Meneguetti e Baggenstoss (2022), diante de todo o lastro histórico marcado pela violência de gênero, a elaboração de tais políticas públicas de proteção a mulher ocorreu de forma tardia e fragmentada, mas foram essenciais para produzir políticas efetivas para combater as ocorrências de violações nas relações de gênero contemporâneas.

Embora haja avanços, Meneguetti e Baggenstoss (2022) destacam que as políticas públicas têm sido implementadas de forma tardia e fragmentada, muitas vezes se limitando a ações simbólicas e pouco eficazes. Essa crítica é reforçada por Mendes (2017), argumentando que as políticas públicas muitas vezes não refletem adequadamente as necessidades das mulheres vítimas de violência, sendo influenciadas por estruturas patriarcais. Além disso, a eficácia das leis e dessas políticas continua sendo um ponto de debate, especialmente em relação à violência psicológica.

A Lei 14.188, sancionada em 28 de julho de 2021, estabeleceu o "Programa Sinal Vermelho". Esse programa permite que vítimas de violência doméstica façam uma denúncia de forma discreta e segura. A vítima pode desenhar um "X" vermelho na palma da mão e mostrá-lo a um funcionário/a de um estabelecimento comercial. Ao receber o sinal, o/a funcionário/a tem a obrigação de acionar imediatamente as autoridades policiais, sem que a vítima precise detalhar a situação naquele momento (Brasil, 2021). O Programa Sinal Vermelho é mais um recurso dentro das políticas públicas destinadas a combater todas as formas de violência de gênero, incluindo a de teor psicológico.

Santos (2019) indica que as criações de políticas públicas são relevantes para combater a cultura do patriarcado, ainda instaurada em sociedade e que contribui para silenciar casos de violências presenciados por terceiros. A máxima do "em briga de marido e mulher, não se mete a colher", parece reverberar na sociedade atual, exigindo assim que iniciativas públicas sejam dedicadas a desconstruir a concepção machista cultural ainda existente (Mendes, 2017).

Assim, diante das ideias apresentadas é necessário discutir e entender como se dão as relações afetivas e os relacionamentos abusivos no contexto das vivências das mulheres universitárias.

2.5 As mulheres universitárias e os desdobramentos das suas relações afetivas

As relações afetivas podem ser compreendidas como um vínculo emocional pautado no cuidado, apoio, compreensão e intimidade. No entanto, no cotidiano é cada vez mais comum a veiculação de notícia envolvendo os diferentes tipos de violência no contexto dos relacionamentos afetivos.

Um exemplo foi o levantamento realizado pelo DataFolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, que registrou o maior percentual de mulheres vítimas de diferentes formas de violência doméstica no Brasil, conforme a publicação da pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”. Nesse levantamento, é possível perceber que a violência mais incidente é a psicológica (31%), seguida da violência física (24%) e sexual (21%), majoritariamente em mulheres de faixa etária de 16 a 24 anos, perpetrada por ex-companheiros, ex- cônjuge, ex-namorado (31%), seguido de namorados, cônjuges e companheiros (27%) (Instituto Patrícia Galvão, 2022).

Referendando essa realidade, Amaral (2020) salientou que toda e qualquer mulher inserida no contexto de uma relação íntima de afeto pode vir a ser vítima de algum dos tipos de violência de gênero, principalmente da vertente psicológica (Amaral, 2020). E ainda Santos e Rezende (2020) corroboram que, entre casais jovens, a violência psicológica tem sido uma realidade constante, o que produz um cenário de alta vulnerabilidade para mulheres em idade universitária.

Segundo o Ministério de Educação (BRASIL, 2011), a média de idade de entrada na universidade é de 21 anos e a conclusão do nível superior com 23 anos. Com isso, entende-se que a pesquisa citada anteriormente deixa evidente a importância de se compreender a visão das mulheres universitárias na concepção da violência psicológica.

A violência psicológica entre as jovens universitárias tem sido um fenômeno mundial, de repercussão altamente nociva, uma vez que incide entre jovens vulnerabilizadas pela presença de inúmeros estressores que influenciam o desgaste psíquico diário (Santos, 2019). De igual forma, Fonte et al. (2018) destaca que:

(...) o ambiente universitário é composto predominantemente por jovens e que condutas negativas de saúde, durante o período acadêmico, têm sido observadas nesse universo. O comportamento adquirido nas universidades é característico das mudanças sociais, culturais, psicológicas e biológicas que os jovens sofrem no processo de amadurecimento (p.2).

Essas condutas negativas incluem práticas prejudiciais, como abuso de substâncias ou comportamentos de risco, que podem se manifestar durante o período acadêmico.

Esses comportamentos são muitas vezes o reflexo das mudanças intensas que os jovens experimentam enquanto amadurecem. As universidades representam um espaço onde ocorrem transformações sociais, culturais, psicológicas e biológicas significativas. À medida que se deparam com essas mudanças, eles podem adotar comportamentos nem sempre saudáveis, que refletem formas variadas de transitar e transigir com esses desafios.

A proeminência do surgimento de estressores como transição de vida, relacionamentos interpessoais, expectativas e pressões sociais, fatores emocionais durante a fase universitária é revelada em ambiente universitário mais suscetíveis aos ciclos de violência psicológica (Monteiro, 2021).

A pesquisadora citada afirma que nas relações íntimas de afeto tecidas por jovens universitárias, o medo de gravidez é um fator preditor de violência psicológica exercida pelos respectivos parceiros, o que leva ao consumo indevido e excessivo de contraceptivos emergenciais (Monteiro, 2021).

Por meio do estudo relacionado a representação e vivências de jovens universitárias em relação à violência de gênero, com foco específico nas suas relações íntimas de afeto, realizado por Schneider (2022), conclui-se que essas jovens detêm conhecimento sobre as questões de violência de gênero, mas ainda assim são vulneráveis aos ciclos desse tipo de violência, no âmbito das suas relações íntimas de afeto.

Complementando, Santos (2019) constatou, em seu estudo sobre a violência psicológica, que esta foi a de maior incidência entre mulheres que fizeram parte da pesquisa. Ainda destaca que os agressores são parceiros íntimos, professores, colegas. Destacou ainda que a maioria das vítimas de violência era de pessoas com os quais mantêm relações afetivas. Tal análise a autora observa que:

No decorrer da pesquisa, apesar de nenhuma das dez mulheres participantes terem declarado sofrerem abusos físicos ou de natureza sexual, a violência psicológica esteve presente nas falas das entrevistadas, ocorrendo está em uma sequência de outras interações igualmente violentas com especificidades e particularidades, salientando-se que todas manifestaram saber o significado do tema e sua importância. Como demonstrado no decorrer das categorias empíricas, a dificuldade de ser mulher e enfrentar as diversidades impostas pelo mundo sexista, faz destas que conquistam o diploma universitário, verdadeiras guerreiras e longe de ser o sexo frágil (Santos, 2019, p. 70).

O estudo de Santos (2019) revela que há uma ausência de outros tipos de violência de gênero nas relações afetivas íntimas de jovens universitárias, mas evidencia a expressiva presença da violência psicológica (Santos, 2019). O mesmo resultado foi comprovado pelo estudo de Schneider (2022) que, ao investigar um grupo de estudantes universitárias, identificou que a violência psicológica é o tipo de violação de gênero mais presente no âmbito das suas relações íntimas de afeto.

Monteiro (2021) destaca que há sinais claros entre jovens universitárias relacionados às suas experiências de vida, que influenciam o ciclo de violência de gênero. Esses indicadores incluem comportamentos e experiências específicas, como o abuso de álcool e drogas, bem como envolvimento em encontros exclusivamente sexuais. Essas práticas podem fazer parte de um padrão mais amplo de comportamentos e situações que contribuem para a perpetuação da violência de gênero. Em outras palavras, as experiências e comportamentos dessas jovens podem tanto refletir quanto reforçar o ciclo de violência que afeta muitas mulheres.

Para Santos (2019), o fator socioeconômico não influencia na presença da violência psicológica entre jovens. Essa forma de violação afeta as estudantes de diferentes classes e condições socioeconômicas. Ou seja, independente da classe social e econômica, todas as jovens estão propícias a sofrer alguma forma de constrangimento psicológico.

Complementando, um fator de preocupação destacado por Monteiro (2021) é que, geralmente, jovens que vivenciam violências não costumam buscar por ajuda, nem nas suas famílias nem nos núcleos de apoio, silenciando as suas dores. Porquanto, pode ocorrer um agravamento dos quadros sintomáticos que, em pouco tempo, causariam alterações significativas na rotina acadêmica. Daí a importância de dispor de ambientes seguros que lhes proporcionem apoio e segurança.

A questão é particularmente relevante para jovens universitárias, no Brasil, por várias razões. Santos (2019) aponta que, apesar de estarem bem informadas, essas jovens frequentemente enfrentam um silenciamento de forças externas em relação à essa forma de violência. Isso leva Monteiro (2021) a questionar a falta de políticas públicas eficazes que poderiam incentivar a denúncia dessas ocorrências, especialmente no contexto universitário.

No entanto, não se pode deixar de discutir a interseccionalidade, termo criado por Crenshaw (1991) que aborda uma conectividade entre relações de gênero e

raça, orientação sexual e identidade de gênero, classe econômica e etnia, deficiência e idade por exemplo. Nesse sentido, Collins (2000) confrontou a relação da violência psicológica em mulheres negras, associando classe, raça e gênero. Ampliando a discussão, Jordan-Zachery (2009) conecta as imagens culturais, políticas e sociais e verifica como as mulheres negras são atingidas no contexto da violência psicológica. E, May (2015) enfatiza a necessidade de compreender a violência psicológica por meio das múltiplas identidades simultaneamente.

Segundo, Schneider, (2022) uma violação de ordem psicológica pode-se intensificar quando considerada a partir da perspectiva da interseccionalidade, que analisa como diferentes formas de opressão e desigualdade interagem e afetam as experiências das vítimas. A interseccionalidade ajuda a entender que diferentes contextos e identidades (como gênero, raça, classe social, etc.) podem influenciar a forma como essa violência é vivenciada e abordada

A violência psicológica, por sua própria natureza, causa uma dor profunda e sutil no nível emocional e mental da vítima. O fato de que muitas vítimas não buscam ajuda pode agravar ainda mais essa dor e prejudicar a saúde mental. Para jovens que enfrentam essa forma de violência, a falta de apoio e a dificuldade em encontrar recursos adequados podem intensificar os efeitos negativos e prolongar o sofrimento psicológico (Schneider, 2022).

Contudo, nota-se, mais uma vez, que ainda reverbera o silenciamento da dor produzida por este tipo de violência, fruto do desconhecimento da representação social de mulheres nas relações de gênero. Isso obstaculiza a identificação do mal e influencia na continuação da sua reprodução social (Amaral, 2020).

Para melhor entender o contexto da violência contra as mulheres, no próximo capítulo será apresentado os indicadores da gravidade e os dados sobre essa forma de violência no Brasil, no intuito de aprofundar estudos sobre os dados da violência de gênero e como manejar os casos é fundamental para a redução dos índices de ocorrência.

3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL ATUAL: A GRAVIDADE E OS DESAFIOS ANTE OS DADOS

Este capítulo tem como objetivo demonstrar os índices e indicadores das violências contra as mulheres, tratar da evolução dos tipos de violência e, em destaque, a caracterização e os impactos dos dados sobre violência psicológica, objeto deste estudo.

3.1 A visibilidade da violência psicológica revelada nos dados estatísticos

No cenário brasileiro atual, a violência contra a mulher continua sendo um dos maiores problemas públicos do país (Balbinotti, 2019). Complementando, Vígano e Laffin (2019) indicam que os números deste tipo de violência crescem gradualmente, ano a ano. O que, de acordo com Barufaldi, Souto e Correia (2017), evidenciam que a criação dos mecanismos de denúncia e o estabelecimento de órgãos voltados para atender mulheres permitiram um aumento de denúncias que viabilizaram possíveis soluções.

Mesmo com os dados sendo considerados positivos, Meneguetti e Baggenstoss (2022) consideram que a inércia do Estado brasileiro na elaboração de normas protetivas em favor das mulheres favorece a perpetuação do cenário de crescimento dos índices deste tipo de violência no país. E, Fernandes (2014) cita que a elaboração destas normas² não decorreu da proatividade legislativa, o que denota uma aculturação da dominação do corpo feminino ainda na atualidade da sociedade brasileira.

Corroborando, Nascimento (2021) destaca que, no Brasil, há um reflexo da brutalidade machista que ainda persiste na sociedade, vitimizando milhares de mulheres, diariamente. Muitas destas mulheres acabam tendo a sua dor e sofrimento silenciados, o que agrava os riscos decorrentes do ciclo de violências por elas sofridas no íntimo dos seus lares (Meneguetti e Baggenstoss, 2022).

De acordo com os dados fornecidos pelo Senado (Brasil, 2023), por meio da 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, constatou-se que 25,4 milhões de brasileiras já vivenciaram a violência causada por homens em alguma fase de sua vida. Desse modo, é importante ressaltar que 22% informaram que

² Lei Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Lei nº 14.188/2021) define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

esses fatos de violência aconteceram nos últimos 12 meses. A pesquisa apresentou os seguintes dados, a violência psicológica está no topo com 89%, equiparada a violência moral com 77%, seguida pela física 76%, pela patrimonial 34% e pela sexual 25%.

No programa Big Brother Brasil 24 (BBB)³ um programa televisivo de *Reality show*, conforme notícias veiculadas na mídia, a mãe de uma modelo, participante do *reality*, revoltou-se com mais uma fala de um cantor, também participante do programa, sobre a alimentação da modelo. De acordo com as notícias veiculadas, o cantor participante questionou se a modelo não iria para a academia, já que resolveu “comer sem fim” (Figura 1).

Figura 1. Matéria Jornalística sobre violência psicológica no BBB 24.

Rodriguinho diz que corpo de Yasmin Brunet 'já foi melhor' e web reage

Na madrugada, Líder conversou com Nizam, Pizane e Vinicius sobre aparência de sister

Por gshow — Rio de Janeiro

13/01/2024 13h27 · Atualizado há 5 meses



Fonte: GSHOW, 2024.

De acordo com as notícias veiculadas na mídia, o participante se manifesta em outras ocasiões no programa sobre a compulsão alimentar da modelo participante. Ele sugeriu o uso de uma mordaça para a modelo parar de comer, além de fazer críticas ao corpo dela. Em dado momento do *Reality show*, em uma conversa, a modelo solicita que o colega de confinamento a deixe em paz, no entanto, ele continuou com o mesmo tipo de abordagens e provocações.

É possível observar que os atos do participante constroem a colega, inclusive têm a intenção de controlar o seu comportamento no que resultou dano emocional a participante. Schreiber et al. (2020), a violência psicológica contra a mulher é um tema atualmente em destaque na mídia. Esse é um exemplo como são

³ Notícia completa disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2024/01/bbb-24-luiza-brunet-vai-denunciar-rodriguinho-por-violencia-psicologi.html>.

visíveis, cotidianamente, independente de todas as classes sociais e acontece de forma silenciosa em casa, no trabalho, na rua e outros.

Desde o início do ano de 2023 até o momento, MidiaMax (2023) informa que, em Mato Grosso do Sul, registraram-se 11.244 casos de violência doméstica, dos quais 3.846 ocorreram na capital Campo Grande. O crime afetou um total de 12.351 vítimas no estado, sendo a maioria adultos (6.667), seguidos por jovens (4.123) e idosos (752). Na capital, o número de vítimas atingiu 4.236, enquanto no interior, o total aumentou para 8.115 vítimas apenas em 2023.

De acordo com o documento citado na matéria, no período de apenas 11 dias do mês de janeiro, Mato Grosso do Sul já contabilizava 569 registros de ocorrências relacionadas à violência doméstica no ano de 2024 (Figura 2).

Figura 2. Matéria jornalística sobre os casos de violência doméstica no Mato Grosso do Sul.



Fonte: Campo Grande News, 2024.

No início de 2025, o Estado de Mato Grosso do Sul registrou seu segundo caso de feminicídio, conforme reportado em matéria jornalística. A vítima, Vanessa Ricarte, jornalista e servidora do Ministério Público do Trabalho (MPT), de 42 anos, foi morta após ser esfaqueada pelo ex-noivo. O caso evidencia a persistência da violência contra as mulheres e reforça a necessidade urgente de medidas.

Figura 3. Matéria jornalística sobre Vanessa Ricarte vítima de feminicídio.

Jornalista é morta a facadas horas após conseguir medida protetiva contra ex-noivo em MS

Vanessa Ricarte, de 42 anos, foi esfaqueada pelo ex-noivo, o músico Caio Nascimento e estava internada na Santa Casa de Campo Grande. A morte foi confirmada na noite dessa quarta-feira (12).

Fonte: G1, 2025.

O recente advento da pandemia da Covid-19 fez emergir uma onda ainda mais intensa de violência contra a mulher por todo o mundo, inclusive no Brasil, conforme Mesquita, Silva e Leôncio (2021) registraram em estudo realizado. Para as pesquisadoras no Brasil ocorrem 48 vezes mais mortes de mulheres que os índices registrados no Reino Unido; 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou a Escócia. Elas salientam ainda que

[...] o contexto da pandemia vem explicitando e intensificando as contradições mais expressivas da “questão social” na sua intersecção com raça/etnia, gênero e classe social, tanto no Brasil quanto mundialmente (Mesquita, Silva e Leôncio, 2021, p. 5).

Além da pandemia da Covid-19, o mundo passou a conviver com uma nova pandemia adjunta protagonizada pela elevação dos índices de violência contra a

mulher. O mesmo cenário repercutiu no Brasil, sendo um dos principais países com altos índices deste tipo de violência (Meneguetti e Baggenstoss, 2022). Dados estes comprovados pelos indicativos estatísticos informados pelo “Relatório Visível e Invisível”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2021, que trouxe os seguintes índices:

- 24% das mulheres brasileiras acima de 16 anos afirmam ter sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses;
- 17 milhões de brasileiras sofreram violência física, psicológica ou sexual em 2020;
- 5 a cada 10 brasileiros afirmam ter presenciado algum tipo de violência contra a mulher; e
- 7,5% da população brasileira acredita que a violência contra a mulher aumentou durante a pandemia FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021a, p. 10).

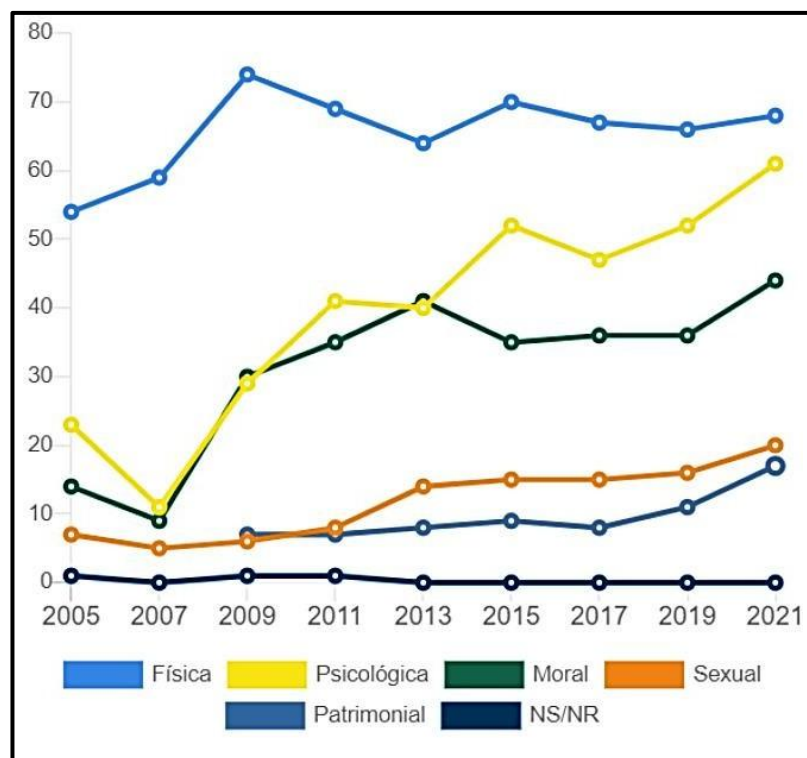
Os dados acima evidenciam um cenário que, estatisticamente falando, representa um dos piores já registrado no país (FBSP, 2021a). Castroviejo, Lira e Ribeiro (2021), sobre o aumento dos casos de violência contra a mulher no contexto pandêmico, destacam que:

Os dados estatísticos, claramente, evidenciaram um aumento considerável nas notificações dos casos de violência doméstica e familiar, sendo que, as práticas violentas materializadas no âmbito doméstico ganharam maior ênfase. Consequentemente, o índice de feminicídio também sofreu aumento significativo, o que denota maiores prejuízos e riscos para as vítimas que estão, diariamente, expostas a tais condições (Castroviejo, Lira e Ribeiro, 2021, p. 643).

Como destacado por Meneguetti e Baggenstoss (2022), a gravidade do cenário mencionado não se limita apenas ao contexto pandêmico, mas em escala maior, ao apreciar dados anuais, evidencia-se uma tendência de crescimento nos índices registrados de casos de violência contra a mulher.

Corroborando com os estudos de Meneguetti e Baggenstoss (2022), as estatísticas sobre a evolução da violência apresentadas pelo Sistema do Data Senado (2021), mostram a curva evolutiva dos índices de violência contra a mulher, por tipo de violência, entre os anos de 2005 e 2021, os quais são destacados abaixo (Figura 3).

Figura 4. Evolução dos tipos de violência sofridos por mulheres - 2005 a 2021.



Fonte: Data Senado (2021).

Ao analisar os dados da Figura 3, é possível identificar que, entre os anos de 2005 e 2021, todos os tipos de violência contra a mulher cresceram estatisticamente (Brasil, 2021). É preciso relacionar a Lei Maria da Penha (2006) e posteriormente a Lei do Feminicídio (2015) com os dados especializados no gráfico acima, pois só após a vigência desses diplomas jurídicos é que se possibilitou as diferentes formas de denúncia, por isso, nota-se um aumento considerável dos diferentes tipos de violência. Ainda, salienta-se a importância do desenvolvimento dos mecanismos que promoveram a criação dos planos nacionais de Políticas para Mulheres que possibilitaram os estabelecimentos dos planos quinquenais da Plataforma de Política das Mulheres (PPM)⁴.

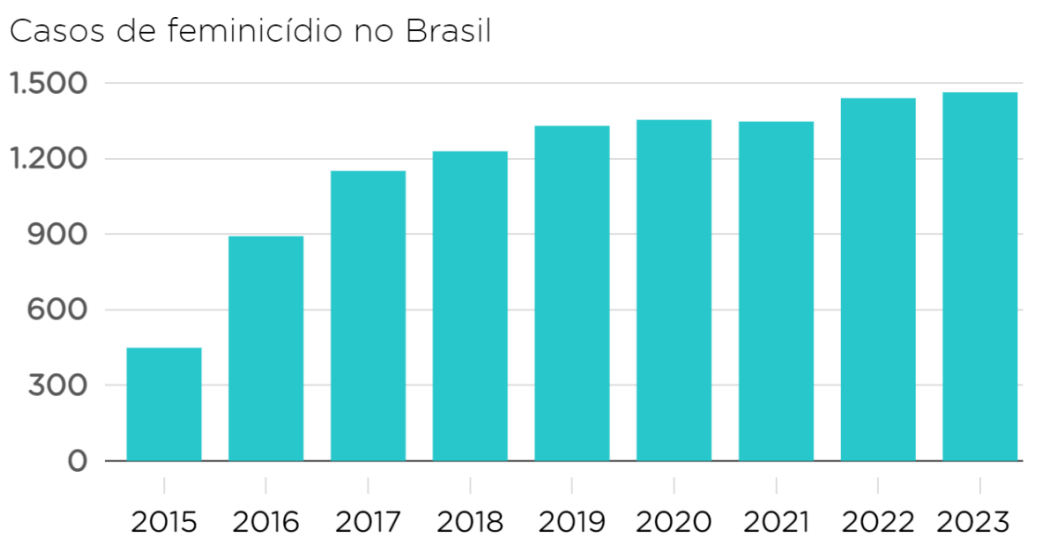
A PPM foi fundamental para orientar as políticas públicas, mobilizar recursos, fomentar parcerias e promover a responsabilização por meio de metas e indicadores. A elaboração dos planos teve início em 2000 e, atualmente, está sendo vivenciado o quinto plano que será finalizado em 2025 (Brasil, 2024). No entanto, é notório que a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016), aconteceu uma redução

⁴ O plano prevê os seguintes eixos temáticos: Combate à violência contra as mulheres; Saúde e direitos sexuais e reprodutivos; Educação e formação para a igualdade de gênero; Empoderamento econômico e laboral; Participação política e fortalecimento da democracia; e Diversidade e inclusão.

de prioridades e recursos, além do retrocesso em políticas públicas que não tiveram continuidade.

É importante realçar que, mesmo com a descontinuidade de algumas políticas públicas as organizações feministas não deixaram de lutar para promover a igualdade de gênero. Por isso, Castroviejo, Lira e Ribeiro (2021) revelam a importância do acompanhamento dos dados e denúncias em relação a violência contra a mulher, levando em conta que elevações dos dados estatísticos são altamente nocivas, pois mesmo com todas as questões apontadas anteriormente o feminicídio⁵ muitas vezes ainda é o fim para muitas mulheres (Figura 4).

Figura 5. Estudos sobre o feminicídio de 2015 a 2023 no Brasil.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

NEXO

Fonte: Jornal Nexô, 2024.

O gráfico demonstra que o aumento do feminicídio no Brasil é, insidiosamente, crescente, mesmo com o desenvolvimento da Lei 13.104, que trata do Feminicídio aprovada em 2015. Com isso, levanta-se a hipótese de que as estruturas patriarcais ainda dominam a sociedade, mesmo com o estabelecimento de uma Lei que prevê pena de 12 a 30 anos de prisão; algo sobre o qual não se notam efeitos práticos observando os dados estatísticos.

Ao analisar a figura 4, apresentada, pode-se compreender elevações significativas dos índices de feminicídio registrados anualmente. Fato esse que, de acordo com Meneguetti e Baggenstoss (2022), não só demonstra a falência da

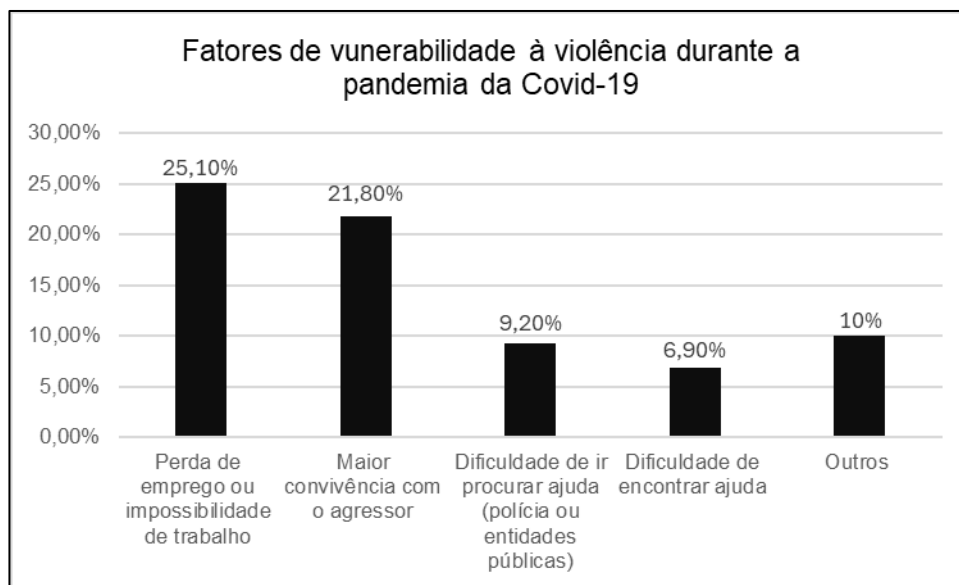
⁵ O feminicídio é a morte das mulheres por questões de gênero.

proteção conferida para mulheres vítimas de violência no país, mas também reforça a representação de que o aumento tem referência com a instituição da Lei, antes não havia instrumento para fazer essa legitimação.

Por conseguinte, é possível notar a ineficiência prática das leis de proteção à mulher no Brasil, o que demonstra a emergencialidade de discussões que aprofundem a necessidade de medidas mais eficazes, como meios de desconstrução das influências atuais do patriarcado.

Mais uma vez, os indicadores científicos aqui apresentados podem ser justificados e validados pelos dados estatísticos do FBSP (2021b) que, por meio do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021”, trouxe um panorama estatístico dos principais fatores de aumento da violência no contexto da pandemia Covid-19 (Figura 5).

Figura 6. Fatores de vulnerabilidade à violência durante a pandemia da Covid-19.



Fonte: Instituto Data Folha e FBSP, 2021.

Org.: Autora, 2023.

É possível perceber que a dependência financeira foi o fator preponderante nas vivências de violência contra mulher, fator que envolve controle econômico, barreiras de saída e isolamento e dependência de que Barufaldi et al. (2017) já tratou e os destacou; inclusive a associa à dependência financeira e a maior convivência com o parceiro. Ainda, é importante citar as dificuldades em denunciar e receber ajuda para sair desse ciclo de violência e dependência.

A partir dos dados, ainda é possível perceber que existe a necessidade da elaboração de intervenções que tenham como alvo a compreensão e a modificação das representações e identificações sociais no âmbito das relações de gênero, prezando pelo empoderamento das mulheres (Amâncio, 1994; 2006).

Por isso, neste estudo se faz importante compreender como as estudantes universitárias representam a violência psicológica em seus relacionamentos afetivos para assim entender a invisibilidade da violência vivida. No próximo capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos e procedimentos necessários para o desenvolvimento desta investigação.

4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão tem como propósito apresentar e explicar os fundamentos e procedimentos teórico-metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento do estudo, bem como as etapas realizadas.

4.1 Da universidade do espaço de saberes para o espaço de violências

As universidades são identificadas pelo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão que formam, cotidianamente, profissionais que vão atuar nos diferentes espaços sociais. A partir disso, entende-se a universidade como um espaço de saberes e acesso à educação de qualidade. Fávero (2006), preceitua que a universidade não é apenas um espaço de formação profissional, mas também um centro de produção e disseminação de conhecimento crítico. Ela desempenha um papel fundamental na construção e validação de saberes, influenciando a sociedade por meio da educação e da pesquisa.

Para Fávero (2006), a universidade pode ser vista como um espaço multifacetado de produção e disseminação do conhecimento. Ela não é apenas uma instituição acadêmica voltada para a pesquisa e para o ensino, mas também um ambiente onde se dá a construção e a reflexão crítica sobre saberes. Em seus escritos, a universidade é frequentemente entendida como um *locus* de diálogo e confronto de ideias, e um espaço onde diferentes perspectivas e saberes podem se encontrar e se enriquecer mutuamente.

No Brasil, as mulheres passaram a frequentar a universidade no século XIX⁶ (Blay e Conceição, 1991). No entanto, Feclesc (2010) aponta que foi em 1970 que ocorre a expressiva entrada das mulheres no ensino superior, data que marca também a diminuição da natalidade no Brasil que esteve associada a criação da pílula anticoncepcional.

No Brasil atual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), as mulheres são consideradas maioria dentro das universidades, cerca de 2,9 milhões (54,5%) de alunas em relação ao total de 5,1 milhões de alunos matriculados. No entanto, nem sempre foi assim, durante um longo período, a

⁶ As mulheres foram permitidas a entrar na universidade a partir de 1879. A primeira mulher ingressou em uma universidade na Bahia em 1887 no curso de medicina.

mulher recebia uma “educação doméstica”⁷, diferentemente dos homens que, desde sempre, foram ensinados a ler e a escrever (Feclesc, 2010).

Segundo Venturini (2017), a desigualdade de gênero nas universidades se manifesta de diversas maneiras, incluindo a representação de mulheres em posições de liderança acadêmica; a disparidade na distribuição de recursos e nas oportunidades de pesquisa, além das barreiras institucionais que afetam a progressão na carreira. Assim, mesmo dentro de um ambiente acadêmico que, idealmente, deveria ser inclusivo e progressista, a realidade na prática muitas vezes revela discrepâncias significativas.

É notória a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. Para Venturini (2017), a educação é essencial para estimular as transformações sociais e consolidar os direitos e igualdades de gêneros. A universidade é um espaço que possibilita a autonomia e a independência às mulheres.

Venturini (2017) destaca que a universidade desempenha um papel fundamental na promoção de estratégias para romper com ciclos de violência e outras formas de opressão. De fato, é por meio dessas instituições que podemos debater e desenvolver abordagens eficazes para enfrentar a desigualdade de gênero. A universidade oferece um ambiente propício para a discussão crítica e para a formulação de políticas que visem a equidade, mas também enfrenta desafios significativos em garantir que esses debates se traduzam em mudanças reais e efetivas.

Por isso, o processo de reconhecimento da violência de gênero transpassa as diferentes camadas sociais e contribuem para a compreensão da violência psicológica que envolvem alunos, funcionários, professores da própria universidade e se amplia para a vida pessoal, incluindo relacionamentos familiares e amorosos (d’Oliveira, 2019).

É nesse contexto de tentativa de romper com a banalização e de vencer invisibilidade de violência contra mulheres e de gênero que surgiu a “Rede Não Cala”, um grupo de professoras e pesquisadoras da Universidade de São Paulo que têm como objetivo o fim da violência sexual e de gênero no *campus*. A partir de

⁷ A educação doméstica consistia em bordar, costurar, aulas de etiquetas.

iniciativas como esta, é possível acreditar em ideias inovadoras e desenvolver medidas para o fim dos ciclos de violência.

No entanto, Siqueira e Rocha (2019) aponta que embora ainda existam avanços na compreensão do papel da mulher na sociedade brasileira, persiste o desafio enfrentado por aquelas que se deparam com representações equivocadas⁸ em relação a concepção da violência de gênero em relação a mulher.

Por isso, se faz cada vez mais necessário a utilização do espaço físico e intelectual da universidade para discutir e compreender a importância das discussões em relação a violência de gênero, com ênfase a violência psicológica, base desta pesquisa. Uma iniciativa importante e que deve ser seguida aconteceu com o lançamento das "Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual" (USP-RP, 2018). As diretrizes possibilitaram a visibilidade da causa e ainda definiram as formas de garantir os direitos das mulheres.

Assim, diante das ideias apresentadas, é necessário discutir e entender como se dão as relações afetivas e os relacionamentos abusivos no contexto das vivências das universitárias.

4.2 Da natureza da pesquisa

A pesquisa social, de acordo com Gil (2008), estabelece-se como método formal e sistemático a partir da evolução do método científico que tem como objetivo oferecer respostas para problemas incidentes, conforme andamento dos procedimentos específicos adotados.

Gil (2008) explica que a realidade social é compreendida em um significado mais amplo, abrangendo visões relacionadas ao ser humano em seus inúmeros relacionamentos com os demais em seu entorno e com as instituições sociais. Portanto, essa ideia de pesquisa explora diversos âmbitos acadêmicos, inserindo a Psicologia, Sociologia, Ciência Política etc.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (2016) possui três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

⁸ Existem indivíduos que resistem à ideia de progresso e independência da parceira, o que pode resultar em relações caracterizadas pelo domínio masculino sobre a mulher, como a violência de gênero.

A análise qualitativa não é uma simples junção de opiniões dos sujeitos, é a exploração dos significados sociais a partir das linguagens, símbolos e observações. A procura desse entendimento pela pesquisadora, ou seja, em constante observação da teoria contribui de forma singular e contextualizada para a pesquisa (Minayo, 2016).

Com base nos objetivos gerais, esta pesquisa pode ser classificada como explicativa pois, conforme Gil (2008), possui como característica principal reconhecer os fatores que determinam ou colaboram para acontecimento dos fenômenos. É uma pesquisa que investiga os princípios da realidade e explica o porquê das coisas.

Na primeira etapa deste estudo, para o entendimento do fenômeno da violência relacionada às questões de gênero, buscaram-se as produções científicas publicadas entre os anos de 2014 e 2023, através do Banco de dados do Acervo de Periódicos da CAPES⁹, onde foram encontrados 280 periódicos, contudo, resultando em poucas produções científicas sobre o tema, ou mesmo poucos títulos referenciados. A escassez de produções acadêmicas sobre violência de gênero pode ser atribuída a diversos fatores que afetam a pesquisa nessa área. Um desses fatores, talvez o mais relevante, diz respeito à dificuldade em coletar dados precisos devido ao estigma e ao medo associados ao tema, o que faz com que muitas vítimas hesitem em relatar suas experiências. Esse medo pode resultar em dados incompletos ou imprecisos, comprometendo a qualidade da pesquisa. Além disso, a falta de financiamento e apoio institucional direcionado para estudos sobre violência de gênero contribui para a limitação das investigações acadêmicas. A complexidade do fenômeno, que exige uma abordagem interdisciplinar, bem como o uso de metodologias sensíveis, também representa um obstáculo significativo. Assim, a combinação desses fatores resulta em uma produção acadêmica reduzida e menos robusta sobre a violência de gênero. Foram usados os descritores, pelas seguintes combinações: Representações Sociais e Violência de Gênero; Violência Contra Mulher e Violência Psicológica, e Violência Psicológica e Universitária. A seleção dos descritores foi delimitada após estudos sobre o tema, entendendo que essas combinações de palavras direcionavam para conteúdos importantes ao presente estudo.

⁹ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Assim, a análise da produção acadêmica, cujas publicações contemplavam estudos sobre Representações Sociais, violência de gênero, violência contra mulher, violência psicológica e universitária, foi reduzida a 5,0% do levantamento, restringindo-se a 14 periódicos, apresentados no quadro na Figura 6.

Figura 7. Levantamento bibliográfico.

Levantamento bibliográfico periódicos científicos no Portal da CAPES				
TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	REVISTA	UNIVERSIDADE
Representações sociais sobre mulheres em situações de violência por uma equipe multiprofissional	2023	Rafael De Tilio e Leticia Freitas Machado	Revista brasileira de segurança pública, 2023-08, Vol.17 (2)	Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática	2022	Luiza Lins Araújo Costa,	Estudos e pesquisas em psicologia, 2022-09, Vol.22 (3), p.998-1020	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
A violência no ambiente universitário	2018	Carla Christina Pereira da Silva Godinho,	Revista brasileira em promoção da saúde = Brazilian journal in health promotion,	Universidade de Fortaleza - Centro de Ciências da Saúde
Vivências de Violência e Percepção do Medo entre Estudantes Universitários	2023	Catarina Gordiano Paes Henriques, Elisa	Estudos e pesquisas em psicologia, 2023-05, Vol.23 (1), p.49-70	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)	2019	Susane Rodrigues de Oliveira	Estudos feministas, 2019-01, Vol.27 (3), p.1-14	Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina
A Violência Psicológica Contra a Mulher: Reconhecimento e Visibilidade	2018	Gabriela Bothrel Echeverria	Cadernos de Gênero e Diversidade, 2018-03, Vol.4 (1), p.131-145	Universidade Federal da Bahia
As fontes em notícias de violência contra a mulher: um estudo de caso do portal G1	2023	Camila Florêncio dos Santos	Intercom (São Paulo, Brazil : 2006), 2023, Vol.46	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Assistência de enfermagem no atendimento de mulheres em situação de violência na atenção básica	2019	Aline de Assis Pereira Xavier, Erci Gaspar da	Revista de Iniciação Científica e Extensão, 2019-10, Vol.2 (Esp.2),	Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires
Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários	2018	Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Tainara	Revista Psicologia e Saúde, 2018-10, Vol.10 (3), p.31-43	Universidade Católica Dom Bosco
Violência de gênero em mulheres estudantes universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados	2022	Stela Maris de Mello Padoin, Tassiane	Acta colombiana de psicologia, 2022, Vol.25 (1), p.105-120	Universidade Federal de Santa Maria/BR
Violência contra a mulher por parceiro íntimo: contextos online e offline	2021	Pâmela Fardin Pedruzzi,	Interação em psicologia, 2021-08, Vol.25 (2)	Universidade Federal do Espírito Santo — ES
O reconhecimento da violência psicológica pelo ordenamento jurídico brasileiro como um mecanismo de	2023	Juliana Adono da Silva	Revista Direito e Sexualidade (Online), 2023-07, p.169-189	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013	2015	Lidia Ester Lopes da Silva, Maria Liz Cunha	Ciência & saúde coletiva, 2015-11, Vol.20 (11), p.3523-3532	ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Violência contra a mulher ou mulheres em situação de violência? Uma análise sobre a prevalência do fenômeno	2014	Ricardo de Mattos Russo Rafael, Anna	Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2014-07, Vol.63 (2), p.149-153	Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Autora, 2023.

A fase do levantamento bibliográfico permitiu obter acesso ao domínio de estudos em TRS, o qual oferece base para todo o processo de questionamento da pesquisa (Sá, 1998). No levantamento, foi possível constatar que a busca de entendimento teórico acerca das representações sociais das estudantes universitárias, vítimas de psicológica, ainda encontra-se em processo de desenvolvimento, sendo um campo pouco explorado.

4.3 Do campo empírico da pesquisa

As participantes da pesquisa são universitárias da cidade de Campo Grande - MS, escolhidas de forma aleatória, conforme os critérios de inclusão abaixo:

- a) Mulheres;
- b) Acadêmicas matriculadas em universidades de Campo Grande – MS da rede pública e/ou privada;
- c) Mulheres Cis;
- d) Pessoas maiores de 18 anos e que concordam participar desta pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como critérios de exclusão, adotam-se os seguintes: pessoas com idades abaixo de 18 anos; mulheres que não sejam acadêmicas universitárias e que não tenham assinado o TCLE.

O procedimento de seleção das participantes foi por meio da busca ativa da pesquisadora, utilizando como estratégia divulgações nos murais (Apêndice D) das universidades e por contato telefônico, para as universitárias que tivessem disponibilidade e interesse de participar do estudo.

A coleta de dados para a geração de informações foi conduzida por meio da técnica de grupo focal, desenvolveu aos dois grupos de universitárias que participaram voluntariamente. Os encontros ocorreram em dias separados para cada grupo, sendo a metodologia utilizada para definir o escopo com o intuito de facilitar a comparação das contribuições dos grupos. Isso permitiu observar como as representações femininas de um mesmo objeto se aproximam ou se distanciam.

A coleta de dados foi realizada no ambiente da universidade, em um espaço arejado, reservado, calmo e silencioso, onde não houvesse nada que atrapalhasse os grupos, onde as estudantes se sentissem confortáveis e à vontade para expor as suas experiências

Foram realizados dois encontros com cinco universitárias em cada grupo; tais encontros duraram, em média, cinquenta minutos, conforme mencionado, em datas e horários diferentes. Os encontros se deram no *campus* da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, espaço cedido, especialmente, pela universidade.

Várias foram as dificuldades enfrentadas para a realização do Grupo Focal, desde a baixa procura, principalmente aquela espontânea, até a dificuldade de conciliar disponibilidade de data e de horário das universitárias, fato que não permitia um número expressivo de pessoas para caracterizar o grupo. No primeiro grupo compareceram cinco universitárias, porém, ao apresentar os objetivos da pesquisa, uma das convidadas relatou que estava se sentindo muito mal; disse que não poderia participar do grupo e não assinou o TCLE; sendo assim, participaram apenas quatro universitárias. Após o grupo, a pesquisadora entrou em contato com a estudante faltante para acolhê-la. Já no segundo grupo participaram as cinco universitárias pré-inscritas, mais a estudante que se recusou a participar do primeiro grupo, por ter-se interessado novamente no projeto.

Desde o princípio, os riscos desta pesquisa residiam na delicadeza e na subjetividade do tema a ser investigado. Era possível que surgissem melindres, suscetibilidades afetivas no caminho das participantes; desconfortos ao exporem suas experiências no que se refere ao objeto do estudo: a violência. Asseguraram-se condições para esse acompanhamento, assistência, orientação se necessário fossem e, havendo dúvidas, franqueou-se o acesso à pesquisadora responsável pela pesquisa, em qualquer etapa desta.

4.4 Dos aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), para apreciação e foi aprovada no parecer nº 5.844.239. Todo o processo que a envolve está em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos; e com a Resolução 510/16 do CNS, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

As participantes foram informadas quanto aos seguintes aspectos: objetivos e métodos da pesquisa, garantia de sigilo quanto as informações prestadas,

benefícios, finalidade científica das informações concedidas e resguardo do direito de interromper e desistir da participação no estudo quando desejar, sem quaisquer prejuízos.

Aquelas participantes que atenderão aos critérios de inclusão foram convidadas a participar do estudo e, em caso de aceite, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e solicitada a assinatura. Dessa forma declararam ciência e concordância com as informações apresentadas, autorizando a coleta de dados.

Consentidas, as falas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Em todo o decurso do estudo, foram assegurados: preservação do sigilo dos dados, podendo ser manuseados somente pela pesquisadora; preservação da imagem dos participantes e da confidencialidade das informações; a não utilização dos dados em prejuízo a pessoas ou comunidades; respeito aos valores culturais, morais e religiosos dos participantes.

Quanto ao arquivamento das informações, para preservar o sigilo dos conteúdos decorrentes dos grupos focais, as gravações foram armazenadas em dispositivo pessoal da pesquisadora (pasta pessoal, *pen drive*, HD), evitando o seu arquivamento em plataformas. As transcrições serão mantidas em pasta devidamente protegidas, pelo período de cinco anos, conforme art.28 da Resolução 510/16 do CNS. Decorrido esse prazo, serão excluídas definitivamente.

4.5. Das participantes

As mulheres que integraram este estudo frequentavam as universidades de Campo Grande – MS. A seleção dessas participantes ocorreu de forma aleatória, conforme o interesse delas que, espontaneamente, cederam seus números de contato por telefone; assim, foi criado um grupo no *WhatsApp* para decidir o melhor dia para a maioria delas participar.

O primeiro grupo contava com doze universitárias, enquanto o segundo grupo contava com seis integrantes. No entanto, as realizações das atividades dos grupos focais foram prejudicadas pela ausência das participantes.

No quadro 1 e 2 apresenta-se a caracterização das universitárias que participaram dos grupos.

Quadro 1. Caracterização das universitárias do grupo I que participaram da pesquisa

CODINOME	ANASTÁCIA	RAFAELA	AURORA	PAOLA
IDADE	22 anos	21 anos	21 anos	21 anos
RAÇA/ETNIA	Branca	Branca	Preta	Branca
ESTADO CIVIL	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
FILHOS	Não	Não	Não	Não
CURSO	Ciências Sociais	Psicologia	Ciências Sociais	Odontologia
ANO DE INGRESSO	2022	2021	2022	2023

Fonte: Autora, 2024.

Quadro 2. Caracterização das universitárias do grupo II que participaram da pesquisa

CODINOME	IRIS	RITA	CHARLOTE	JANETE	GIRASSOL
IDADE	20 anos	20 anos	19 anos	20 anos	21 anos
RAÇA/ETNIA	Parda	Branca	Branca	Branca	Branca
ESTADO CIVIL	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
FILHOS	Não	Não	Não	Não	Não
CURSO	Psicologia	Ciências Sociais	Direito	Psicologia	Pedagogia
ANO DE INGRESSO	2022	2022	2023	2021	2021

Fonte: Autora, 2024.

No processo de registro das participantes, utilizou-se o nome de mulheres que inspiram as universitárias; grande parte delas utilizou nomes de suas mães, por considerar que elas simbolizavam força, transformação, sensação de pertencimento e identidade. Tal procedimento também assegurou o sigilo quanto à identidade das mulheres que participaram dos grupos.

4.6 Dos procedimentos

Para garantir uma gestão eficaz dos processos de grupo e intervenção mínima na geração de dados, delineamos os procedimentos que serão detalhados a seguir e implementados em ambos os grupos.

Conforme o horário e data previamente combinados, as participantes se reuniram no local designado. Inicialmente, foram apresentadas a pesquisadora e o propósito da pesquisa. Em seguida, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi distribuído, com ênfase na leitura atenta antes da assinatura; ato contínuo, foi-lhes explicitado que o encontro seria registrado em formato de áudio.

Na sequência, foram apresentadas às participantes reportagens e um vídeo sobre a violência psicológica, inserindo uma pergunta introdutória como elemento disparador e motivador para discussão do tema, estruturada da seguinte forma: - O que vocês sentem a partir do vídeo e da reportagem? Por fim, o desenvolvimento do grupo se deu conforme o roteiro previamente estabelecido e descrito no apêndice (A).

Os grupos tiveram duração em média de 50 minutos. As universitárias, de modo geral, no começo, estavam resistentes diante do tema, porém, após a assistência do vídeo, começaram a se expressar. Em geral as participantes tiveram uma facilidade de expressar suas ideias e seus sentimentos, de modo a favorecer a captação e registro de suas manifestações. Os dois grupos foram bastante proveitosos, pois as integrantes foram espontâneas e expressivas, isso foi importante para a transcrição e análise dos resultados.

Cada grupo contou com a participação de duas auxiliares, integrantes do grupo de pesquisa: a Ana Maria e a Vanessa Vieira, ambas fazem mestrado em psicologia.

Concluído o período de coleta de dados, deu-se início à etapa de processamento desses dados, conforme o seguinte protocolo: a) escuta completa das gravações dos dois grupos; b) transcrição integral de cada grupo para texto contínuo (*Word*); c) primeira leitura abrangente das transcrições para compreensão geral dos conteúdos emergentes; d) segunda leitura para identificar elementos comuns em todas as falas que indicassem características de responsabilidade social; e f) organização das categorias de acordo com os temas centrais, a partir das sínteses das unidades de discurso.

4.7 Da técnica e dos instrumentos de coleta de dados

Para analisar as representações sociais das estudantes universitárias sobre a violência psicológica, em seus relacionamentos íntimos de afetos, consideramos o uso de instrumentos e técnicas adequadas. Nessa perspectiva foi utilizada a técnica do Grupo Focal (GF). As participantes foram informadas quanto a todos os aspectos

que se referem à pesquisa e esta só foi levada a cabo, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

Para Gatti (2005), o Grupo Focal é uma técnica qualitativa, cujo objetivo consiste em captar, entre os sujeitos, representações, sentimentos e ideias, fazendo emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado.

Sendo o Grupo Focal, uma técnica que integra, discute e avalia o tema proposto, em moldes flexíveis e dinâmicos, julga-se que corresponde à necessidade da pesquisa em ser realizada no ambiente próprio das participantes do estudo, ou seja, no espaço do dia a dia de acadêmicas das universidades de Campo Grande – MS. Assim sendo, elas devem encontrar no Grupo Focal a liberdade de expressão favorecida pelo ambiente de convívio, levando a uma participação efetiva.

O Grupo Focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre o tema em foco e pode ser caracterizado como uma entrevista em grupo. O grupo foi programado para dois encontros para a objetivação da discussão em torno de um tema, desenvolvido a partir de questões pontuadas em um roteiro (Apêndice A), objeto que auxilia na condução do grupo focal. Esse guia deve apresentar questões relacionadas ao objeto de estudo, que visa provocar, sustentar e direcionar a discussão (Barbour, 2009).

Gatti (2005) orienta que a coleta de dados necessita de recursos humanos e materiais; sugere registrar o trabalho com grupo focal gravando em áudio, visando garantir fidedignidade aos discursos, de modo a não se perder nenhum dado ao reconstituir a sessão.

Já a escolha em utilizar reportagens publicadas na internet se deu devido à novas práticas e ferramentas, sendo mais recente em relação a rádio e televisão, contudo, o maior ganho ou o ponto alto em se utilizar desse meio é o fato da plataforma concentrar a maior parte do público.

Portanto, a partir da reportagem e do vídeo, esperou-se que as participantes se expressassem sobre como entendem a violência, os sentidos atribuídos, de que forma a vivenciaram e vivenciam em suas vidas pessoais e de que forma essas representações se apresentam em seu cotidiano.

4.8 Dos procedimentos de análise e interpretação dos dados

Os métodos de análise desenvolvidos, nessa etapa, visa esclarecer os processos de elaboração das representações sociais das universitárias, relacionadas à violência psicológica e como se manifestam em suas práticas e na vida social, afetiva e nos relacionamentos amorosos.

Vamos nos apropriar do conceito de núcleo figurativo para construir o núcleo das representações sociais no *corpus* desta pesquisa. Para isso, apropriamo-nos do conceito de Lima e Campos:

O núcleo figurativo é um “esquema” (modelo ou imagem) básico resultante do processo de objetivação, tornando concretos os elementos do objeto, e tem por função guiar as percepções e julgamentos associados ao objeto de representação dentro de uma realidade social construída. “núcleo figurativo” permite a formação de um sistema de categorização. Em paralelo, a formação desse mesmo sistema de categorização também é direcionada pela própria utilidade social do objeto, que orienta o processo de ancoragem. Ressalta-se que a utilidade social não vai se constituindo no sistema cognitivo de um grupo como fruto de reflexão abstrata sobre o objeto, mas como uma série de “esquemas” ações-trocas comunicativas- reflexões, que, por sua vez, são validadas, ou não, coletivamente/grupalmente (Lima e Campos, 2020, p.03)

Partimos da compreensão de que uma pesquisa científica, numa abordagem qualitativa, é realizada num movimento contínuo de fases interligadas. Então, como metodologia de organização dos dados, será utilizada na pesquisa a técnica de análise de conteúdo, de Laurence Bardin.

A metodologia do Grupo Focal se ajusta a perspectiva metodológica qualitativa da proposta de pesquisa. Dessa forma, os dados coletados foram organizados e analisados de modo que revelem as questões com objetividade e isenção; método este que deve ser capaz de captar e expressar, de maneira sólida, as opiniões obtidas.

Diante disso, utilizou a análise de conteúdo para estudo deste grupo. Segundo Bardin (2011), análise de conteúdo constitui um conjunto de procedimentos de investigação de comunicações, que emprega métodos sistemáticos e objetivos de descrição dos materiais e das mensagens. A mensagem sendo ela verbal (oral ou escrita), através de gestos, silenciosa ou diretamente instigada, carrega com o indivíduo componentes cognitivos, subjetivos, afetivos e valores.

Segundo Franco (2003), a análise de conteúdo possui uma divisão chamada de categorização, ou seja, constitui-se na separação do texto em categorias

agrupadas semelhantes. Esta opção pela análise categorial é preferível quando se quer compreender valores, opiniões e atitudes.

Após o processo de categorização dos conteúdos expressos pelas universitárias, procuramos evidências, nos dados coletados, sobre as representações sociais das universitárias no que tange a violência psicológica em seus relacionamentos íntimos de afetos.

5 RESULTADOS

Para a análise dos dados coletados, organizados em categorias temáticas, conforme as ideias evidenciadas nas práticas discursivas, foi empregado um dos métodos desenvolvidos ao estudo das representações sociais, com o propósito de interpretar os significados que, de certa forma, estão implícitos nas palavras. Durante o processo de análise e interpretação, buscou-se compreender os significados atribuídos pelas participantes aos eventos marcantes de suas trajetórias. Além disso, buscou-se examinar, sobretudo, as ideias que contribuem para a estruturação e construção de suas representações sociais acerca da violência psicológica.

5. 1. Eixos temáticos, categorias e marcas discursivas nos grupos focais com as mulheres

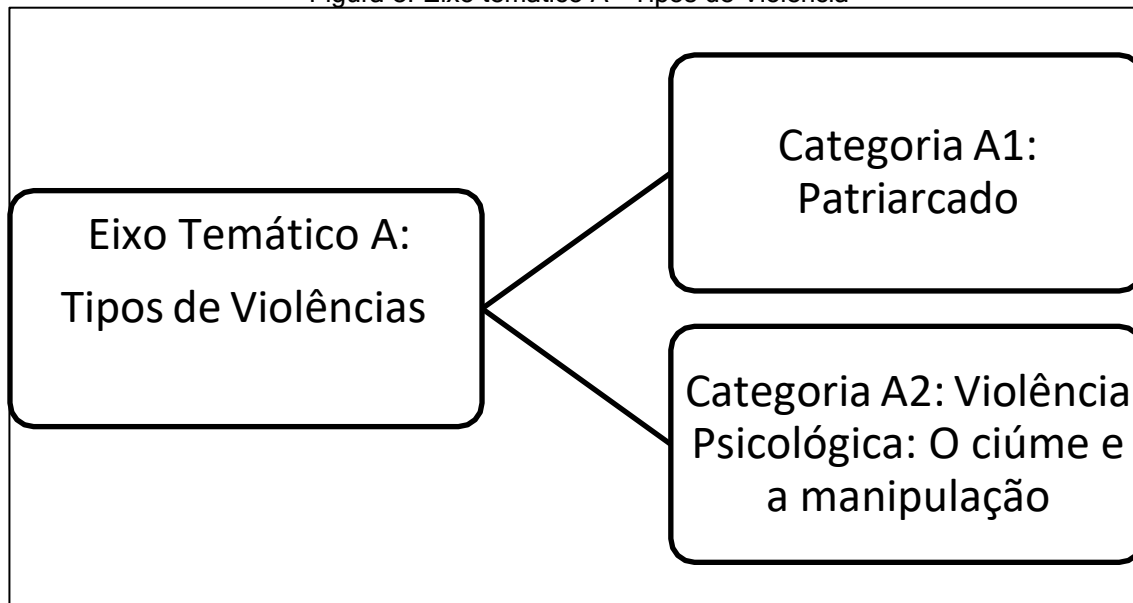
Conforme Lopes (2009) evidencia em seus estudos, as marcas discursivas são elementos enunciativos dos sujeitos que possibilitam o acesso aos indícios de representações, aos elementos de sua trajetória de vida que encontram a biografia coletiva e se organizam a partir da cultura à qual o sujeito está imerso. Portanto, os enunciados discursivos são dotados de sentido e sintetizam ideias e pensamentos acerca de determinada cultura.

Nas falas das mulheres se reconhece que, nas relações afetivas, há também relações de poder e dominação, que se legitimam por meio dos papéis de gênero. A naturalização desses papéis - que levam à docilização dos corpos das mulheres, facilitam a legitimação de práticas de violência psicológica, que nem sempre são percebidas como tal.

No contexto das relações afetivas, é possível identificar a presença de uma estrutura hierárquica que remete ao sistema patriarcal, o qual concorre para a submissão das mulheres na sociedade e perpetua a prática da opressão. De fato, as

mulheres evidenciam a prevalência dos tipos de violência. Vejamos isso no eixo temático A e B:

Figura 8. Eixo temático A - Tipos de Violência



Fonte: Autora, 2024.

a) Categoria A1 – Patriarcado

O termo “patriarcado” aparece de forma indireta nos relatos das mulheres. É empregado tanto para descrever dinâmicas de controle e submissão dentro dos relacionamentos quanto para apontar o comportamento de homens que exerceram tal domínio.

Nas falas, o patriarcado surge como um eixo central na configuração da violência de gênero, refletindo padrões de comportamento que mantêm a mulher em posição submissa e controlada. Essa estrutura de controle é evidente nas narrativas das participantes, como indicado pelas marcas discursivas e exemplos destacados no quadro 3.

Quadro 3. Categoria A1 - Patriarcado.

MARCAS DISCURSIVAS	CONTROLE – PODER – DOMINAÇÃO MASCULINA
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Anastácia	[...] “Sempre vi meu pai tentando <u>exercer esse controle</u> com a minha mãe, desde as roupas né, que ela saia, é, não deixava ela trabalhar, mas <u>queria controlar, queria que de alguma forma ela controlasse é, as finanças assim, mas queria que ela ficasse em casa, não dava essa liberdade financeira que é direito dela né.</u> ” [...] “É compensar de alguma forma, mas, às vezes fica na minha

	memória, a imagem do vestido, <u>dela não poder exercer a feminilidade dela, ela estava se sentindo bem, dava para ver. Ai ele ia lá e podava isso...</u> [...] <u>É aquela questão, fica toda a centralidade no núcleo da família no pai, gira em torno do homem, porque ele é a figura maior dentro de casa. Tem isso, essa hierarquia assim mesmo.</u>
Rafaela	Eu acho que na nossa sociedade é muito naturalizado [...], então é muito difícil. É, se desligar dessas funções que a sociedade dá para a mulher, porque por exemplo, lá em casa <u>eu tenho um irmão mais novo e meu pai, e os dois sempre reclamam da roupa que eu uso</u>, mas tipo mesmo não sendo namorado e tendo essa relação, <u>o homem parece que tem esse direito simplesmente de julgar a mulher da forma que ela tem que agir, se portar [...].</u>
Aurora	[...] <u> E também começou o controle do tipo nossa, você vai vestir isso, mas tá muito curto , você vai passar esse batom, mas não tá muito vermelho? </u>
Paola	[...] <u> Outro dia ele estava na minha casa e teria aula a tarde, eu coloquei uma calça jeans, uma blusa que era aberta nas costas e uma jaqueta que tampava e ele ficou muito assim chateado, muito. E isso é em várias e várias vezes, eu sei que é uma forma de me controlar, tentar colocar um freio, ele fala que é uma chateação, você namora... </u>
Charlotte	O que mais acontece é isso. É, o cara sai, vai trabalhar, <u>faz o que quer</u>, chegar bêbado, bate, bate nos filhos também. É, e essa mulher, geralmente, mãe desses filhos, não tem uma renda, então ela não consegue sair...
Rita	Eu lembro que teve um dia que ele me forçou a apalpar ele e eu não consegui entender muito bem, sai meio chorando, desesperada e lembro que não queria conversar com ele, eu fiquei muito desesperada...
Irís	[...] <u>eu falei, Vamos pintar seu cabelo de ruivo , ai ela disse <u>Eu só não pinto porque ele não quer </u>. Como assim ele não quer que você pinte o seu cabelo? E ela falou <u>Não, é que ele falou que gosta do meu cabelo natural</u> e etc. </u>
Janete	[...] <u>E ela queria estudar, ela queria trabalhar, ela queria fazer cursos de formação, de cabeleireiro, de salão de beleza porque ela gostava de trabalhar com isso e ele simplesmente não deixava ou ficava falando para ela que ela estaria muito exposta ou algo assim, ele não deixa ela dirigir porque não, mulher não dirigi, você não vai saber.</u>
Girassol	Eu acho que a sociedade vê a mulher como inferior, como se <u>a mulher não fosse capaz de conseguir 'conquistar' a mesma coisa que o homem. Uma vez eu escutei tipo 'A mulher ganha menos por trabalho porque ela é menos capacitada porque ela estuda menos...</u>

Fonte: Autora, 2024.

b) Categoria A2 – Violência Psicológica: O ciúme e a manipulação

A categoria “Violência Psicológica: O Ciúme e a Manipulação”, dentro do eixo Tipos de Violência, é uma constante nos relatos das universitárias. Essas práticas configuram formas de violência psicológica, pois envolvem controle emocional e

comportamental tendente a comprometer a autonomia e o bem-estar das vítimas. O ciúme e a manipulação não apenas reforçam desigualdades de poder nos relacionamentos, mas também promovem dinâmicas de desconfiança e posse, as quais impactam, significativamente, a saúde mental e emocional das mulheres.

As participantes indicam que o ciúme e a manipulação são frequentemente utilizados como uma justificativa para restringir sua liberdade, impondo-lhes limites em relação à vestimenta, convivência social e até mesmo acesso a oportunidades de trabalho. Nas narrativas, o ciúme é descrito como um mecanismo que não apenas reafirma o poder masculino, mas também solidifica a representação de que as mulheres devem subordinar-se às inseguranças e expectativas dos parceiros.

Essa prática impõe um estado constante de alerta e autovigilância às universitárias, fazendo com que suas escolhas sejam pautadas pela necessidade de evitar conflitos ou repreensões.

A manipulação é recorrente nas falas das universitárias. Esse termo é empregado para descrever como os parceiros exercem controle emocional sobre as mulheres, criando um ambiente onde as ações e escolhas delas são constantemente influenciadas pela necessidade de atender às demandas e expectativas do companheiro.

As participantes relatam situações em que a manipulação surge por meio de discursos sutis e estratégias que minam sua autoconfiança e limitam sua autonomia, fazendo-as sentir-se dependentes ou incapazes de tomar decisões fora do contexto da relação. Nas narrativas, a manipulação é apresentada como um mecanismo que reforça o poder do homem também, através de comportamentos que variam entre a indução de culpa e a distorção da realidade, para constituir o comportamento da mulher de acordo com suas preferências.

Esse processo, frequentemente justificado como “proteção” ou “preocupação”, configura uma forma de controle psicológico que desestabiliza a segurança emocional das universitárias. Exemplos específicos dessas situações podem ser encontrados nos fragmentos das mulheres apresentados no quadro 4.

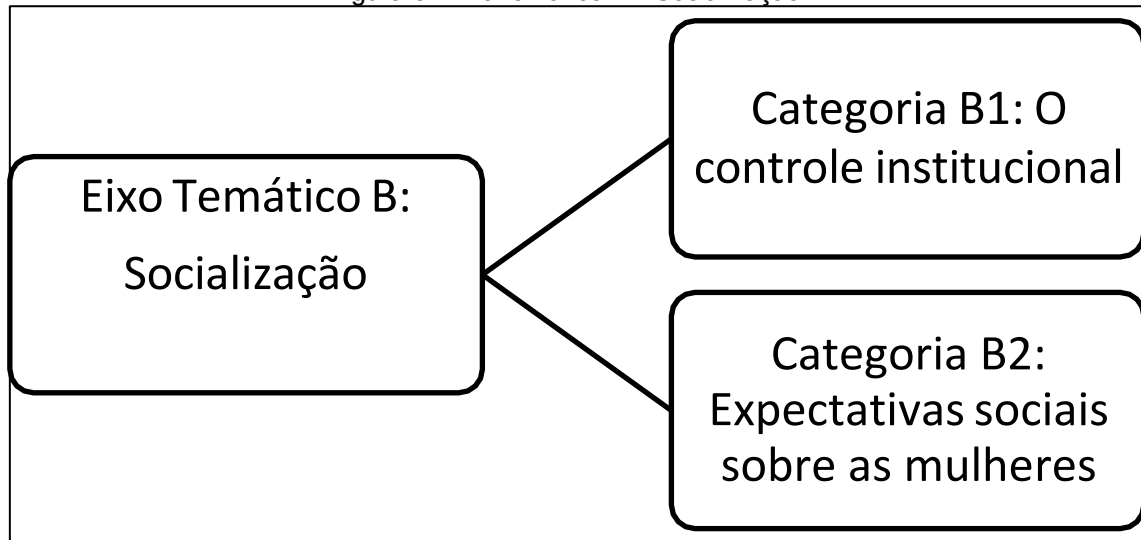
Quadro 4. Categoria A2 - Violência Psicológica.

MARCAS DISCURSIVAS	DIMINUIÇÃO DA AUTOESTIMA - MANIPULAÇÃO – CIÚMES – DEPENDÊNCIA EMOCIONAL
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Anastácia	Eu lembrei de uma coisa, que é bem pesada, que o meu pai

	falava. Ele ameaçava às vezes minha mãe, de levar a gente embora só sumir com a gente. Eu e minha irmã a gente tinha muito medo dele, ele constantemente ficava trazendo esse sentimento de insegurança [...]. [...] Minha mãe mesmo apesar de não ter esse apoio, não sei se teria uma outra forma de se separar dele, mas se tivesse, porque é muito difícil aquela parte de que vai separar, vai ficar sem pai, como se pudesse existir sem ele. [...] Na frente dos amigos, até dos ditos amigos dele, ele tinha ciúmes, por isso que não gostava que ela se arrumasse porque as pessoas iam ficar olhar, os amigos dele iam ficar comentando, ia ficar dando em cima... [...] Muito tempo eu vi ela assim, sem ter amizades, porque realmente deixava ela isolada e tinha esse aspecto do ciúmes também, então, uma coisa que meu pai fazia, ele continuava a vida dele... [...] Eu acho que a manipulação também, a manipulação verbal, é o que pega bastante. Por exemplo, frases que eu acho que quase toda mulher que eu conheço, pelo menos alguém já ouviu "você nunca mais vai encontrar alguém como eu", "você não vai conseguir mais sem mim", coisas desse tipo...
Rafaela	[...] na prática existem outros fatores tipo emocionais até medo de ficar sozinha, por exemplo. O medo de não ter ajuda financeira, então tipo tem vários fatores que reverberam, é a história de vida de cada pessoa. Então, ok, a gente generaliza, fala que é assim, dá para identificar, só que como que sai disso? Daí fica nisso. [...] e todas as coisas que ele fala, fortalece esse sentimento que ela tem por ela mesmo, tipo esse negócio de ser inferior, de que ela não vai conseguir ninguém, ela tem certeza absoluta que se ela terminar com ele, ela não vai conseguir namorar de novo.
Aurora	[...] eu sai com a minha mãe e meu primo para ir no rodeio e ele falou "se você for, a gente vai terminar" e eu falei que não queria ir porque eu não queria que aquilo acabasse e minha mãe falou "você vai sair sim, você vai sair com a roupa que você quer, se maquia do jeito que você quiser" e eu fui e a gente terminou.
Paola	[...] Meu pai é uma pessoa muito, algumas vezes, muito violenta nesse aspecto, não físico, mas verbal, moralmente, então é difícil, isso mexe muito comigo, eu acho que por ser fruto desse relacionamento. Meu pai era muito ciumento, muito provedor e eu vejo que minha mãe ela abdicou muito da vida dela em prol da família... [...] mas meu namorado é bem ciumento também, não tanto, mas ele é bastante ciumento. [...] é difícil e eu não deixo de sentir culpa porque eu acho que ele sabe o poder que ele tem sobre mim, como isso. É difícil, com roupa curta é sempre uma questão muito grande e eu sinto isso também, que as minhas amizades, não indo embora, mas ficando distantes, sabe? Sair é só com ele, ficar só com ele na minha casa ou na casa dele, isso mexe muito comigo. Se eu terminar com ele, não vou ter mais ninguém, com quem eu vou sair? Com quem eu vou conversar o dia inteiro? Isso me assusta, isso me, até freia não de terminar, mas de tentar ser mais incisiva, tipo "eu não gosto disso, chega." Isso me freia bastante, o medo da solidão.

Charlotte	[...] “que o marido dela, ex né, o pai dos filhos dela, batia nela, judiava dela, <u>não queria que ela estudasse, roubava o dinheiro que ela conquistava</u>, e eu não sei onde ela está, supondo muito acontece, chega os amigos e fala “essa atitude dele não foi bacana, ele te desrespeitou, te destratou”, ai não, <u>é normal, é o jeitinho dele, ele se estressou comigo por isso que ele ficou assim.</u>” <u>Pode colocar a perda da identidade da mulher, ela acaba de perdendo, e sua autoestima.</u>”
Rita	[...] “mas, com o tempo eu comecei a ver algumas coisas que me acendia um alerta, por exemplo, é, eu comentava algum desconforto com meu corpo e uma vez <u>ele falou para mim 'É bom que você engorda e você vai ficar só para mim porque ai ninguém vai te querer'.</u>” [...] “eu percebia que <u>ele não gostava quando a gente saia com os nossos amigos</u>, ele sempre de canto, e inclusive tem vídeo que meus amigos faziam na época com <u>ele de canto, sem conversar com ninguém, bicudo, era de dar chute, derrubando as coisas, sair nervoso.</u>”
Íris	[...] “ele, depois de um tempo, <u>ele fazia uma piada comigo, que eu nunca esqueci, ele fala “Que eu não era nenhuma Ferrari, mas que eu era a Porsche que ele queria.</u> Ou seja, eu não era <u>nenhum carro bom, mas o carro que ele queria era esse, que no caso era eu.</u>” [...] “então assim, <u>ele me diminuía</u> que talvez na época eu não entendia. [...] então com o tempo, <u>ele me dava muito tratamento de silêncio.</u>” [...] “todas as oportunidades que <u>ele tinha de manipular as coisas a favor dele, ele fazia “Não vai ser do meu jeito, então a gente não conversa, ah, vamos pedir um tempo, depois a gente conversa.</u>” E toda vez isso. E chegou um período que <u>ele me traiu com uma menina, ele me contou chorando, pediu desculpa, que não foi ele que queria, que a menina que chegou beijando ele.</u>” Eu tenho uma amiga que ela namora um cara em específico e <u>ela diz que ele funciona como aprendizado na vida dela, ela fala que ele vai ensinar ela a sentir menos ciúmes...</u>” Eu lembro que na época isso foi um baque muito grande porque eu <u>criei uma dependência emocional nele</u> muito grande, tanto quando ele voltava para visitar a gente na nossa cidade, ele vinha e ele ficava uns dias e ele iria embora e <u>eu ficava doente</u>, isso aconteceu diversas vezes.”
Janete	“Eu acho que é uma coisa que dá para perceber é que como um <u>relacionamento abusivo ele começa aos poucos e em situações pequenas</u> e ai conforme ela vai tipo perdoando, aceitando, vai aumentando a intensidade das atitudes dele né?” “Uma vez eu estava conversando com a minha vó e ela estava contando sobre como que era o casamento dela com meu vô... <u>ele tinha muito ciúmes dela porque ele era muito mais velho, tipo acho que ele era 20 ou 30 anos mais velho quando ela casou com ele.</u>”
Girassol	“Eu acho que a <u>violência tá total interligada a questão de ser mulher</u>, por exemplo, a questão do feminicídio, as mulheres morrem em decorrência de serem mulheres.”

Figura 9. Eixo temático B - Socialização



Fonte: Autora, 2024.

a) Categoria B1 – O controle institucional

A categoria “O controle institucional”, dentro do eixo de socialização, é um tema recorrente nos discursos das universitárias. Esses conceitos de socialização e controle institucional são empregados tanto para descrever a estrutura familiar e suas normas quanto para refletir sobre o impacto da religião na formação de valores e papéis de gênero.

É possível perceber no subtexto das declarações das participantes que a família, a religião e a universidade desempenham um papel central na naturalização de relações hierárquicas, onde o poder e a autoridade são frequentemente atribuídos à figura masculina.

A religião, particularmente, aparece como um elemento legitimador dessas relações, ao reforçar que a mulher deve assumir uma postura de submissão e abnegação, enquanto o homem é posicionado como chefe e protetor da família.

Essas normas, transmitidas por gerações, condicionam as expectativas sobre o comportamento feminino, limitando o alcance de sua autonomia e constitui o imaginário social sobre as “funções” apropriadas para cada gênero, como indicado pelas marcas discursivas e exemplos destacados no quadro 5.

Quadro 5. Categoria B1 - O controle institucional

MARCAS DISCURSIVAS	FAMÍLIA – UNIVERSIDADE - RELIGIÃO
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Anastácia	“Eu penso mais com uma mentalidade, assim eles não chegaram a se casar em <u>igreja</u>, no papel, basicamente é uma união estável até hoje. É, mas, eu acho <u>que tem aquela ideia de até que a morte nos separe então quando você fala “parece que morreu” como se não pudesse estar convivendo...</u>” [...] “por mais que às vezes as pessoas entendem que <u>religião e ciência tá separada não dá, é completamente sobre esse viés da religião que orienta o olhar da ciência mesmo. De quais discursos são validados? Um é muito mais o homem que sempre validado e fica naturalizando o sofrimento da mulher.</u>”
Rafaela	[...] “Se a gente for pegar outras <u>religiões, existem deusas, só no cristianismo que a mulher é simplesmente inferior, causadora de todos os males que foi a Eva que comeu a maçã. Então, ela tem que sofrer...</u>” [...] “aqui do <u>curso de humanas</u>, tem essas discussões, fica um pouco mais fácil, da gente entrar em contato com isso, só que a maioria das pessoas não tem e acham que isso é normal e vão continuar assim. Então, uma disseminação de informação também muito importante para acabar um pouco com isso e mudar um pouco de perspectiva e de visão de mundo.” “Acho que em <u>psicologia principalmente a nossa sala é mais de mulher, tem poucos homens</u>. Mas, os homens que estão lá são mais conscientizados porque a gente <u>matéria de diversidade humana, gênero, etnia, então a gente consegue ver na prática que existe. Não consigo imaginar outros campos, tipo de exatas porque não tem discussões assim</u>, então é muito difícil eles entrar em contato com esse tipo de debate. Por eles, eles não vão entrar, eles não precisam, eles não nenhum pouco afetados negativamente com isso...”
Aurora	[...] “eu também percebo muito as violências quando é com uma pessoa mais próxima, eu tento me aproximar, quando eu vejo que a pessoa me dá uma abertura eu falo. Só que eu tenho muito mais a sensação de impotência né? Porque a gente não pode chegar para o outro, porque vai até assustar a pessoa e falar o que você está vivendo é uma violência, você consegue enxergar isso?”
Paola	[...] “de <u>vários núcleos e famílias</u> e acho que não é tido tanto como uma violência, mas no fundo eu acredito que seja, que <u>a mulher sempre vai abrir mão das coisas em prol de uma família, de um relacionamento, dos filhos, sempre e nunca ao contrário. Muito difícil você ver ao contrário, do homem mudar da cidade dele para acompanhar a mulher no emprego ou sei lá, dele parar</u>

	de trabalhar para cuidar dos filhos, não existe isso... “Você tem todas as informações, tal, mas, em prática você não consegue colocar. <u>Eu vejo isso com várias colegas, amigas.</u> Que é muito difícil quebrar isso, esses ciclos, esses relacionamentos vão se perpetuando, de <u>geração para geração, de família para família...</u> Eu <u>tenho aula de psicologia, eu faço odontologia</u>, mas tenho aula de psicologia. E a professora passou um texto sobre o poder e me lembrou muito aqui porque a gente precisa do poder para controlar o poder. Então, tudo é permeado por essa relação de manipulação, tudo, então é difícil. “A questão do gênero é tão forte que até no cristianismo a mulher veio da costela do homem. Ela sempre o segundo, sempre vem do homem, sempre o segundo sexo.
Charlotte	[...] “Complementando tudo, a gente consegue perceber essa imagem dessa mulher desde quando a gente é criança. Eu, por exemplo, <u>a minha família</u>, minha mãe é casada com o meu pai, <u>eles são evangélicos</u>, eles não viveram muito, namoraram cedo e logo casaram. [...] “ela não teve uma infância fácil, ela teve uma infância muito difícil, era rejeitada, ela <u>foi adotada por pastores, então era muito isso, bem conservador.</u> Então, dá para perceber desde a infância, adolescência, essa questão da mulher.
Rita	[...] “fui para <u>faculdade</u>, conheci novas pessoas e nesse contexto comecei a estudar sobre feminismo, hoje em dia, faço pesquisa nessa área, pesquisa violência de gênero, violência psicológica. Então, pude entender o que estava acontecendo, mas não me consegui desvincular, então como as meninas falaram, apenas a informação não basta, porque uma pessoa ela te conhece cada um dos seus trejeitos, ela sabe qual ponto ela vai conseguir te manipular. [...] “<u>a universidade foi o momento que eu tive acesso a pesquisa</u>, de fato, dados, muitas pessoas que às vezes, tem gente conservador, mas ainda sim dentro da faculdade você acaba vendo grupo de pesquisa, aí alguém fala que pesquisou violência, aí escuta alguma militância pelos corredores da faculdade, ainda mais meu curso que é mais de humanas e foi aí que tive apoio mesmo, através das amigas que eu fiz no meu curso, é literalmente hoje a gente não solta a mão.
Íris	[...] “eu <u>curso psicologia</u> né, então uma coisa que a gente tem noção é que as coisas não são pretas e brancas, então se uma mulher está dentro de um relacionamento abusivo e ela sabe porque ela vai continuar? Porque ela é dependente emocional, dependente financeiramente, existem contextos e é muito difícil a gente virar para uma mulher que está passando por um abuso há 30 anos...
Janete	[...] “cada pessoa tem um contexto, cada pessoa tem uma vivência, eu acho uma coisa que dá para perceber, não só <u>na universidade, em qualquer lugar, na sociedade como um todo</u>, é que falta muito acolhimento e empatia para essas mulheres. A mulher pode saber, ter informação, pode conhecer todo o ciclo da violência, todos os tipos da violência, se ela estiver vivenciando aquela situação e não conseguir sair, ela pode até ter uma rede de apoio, amigos que são alertas, ficam falando que deveria terminar, sair dessa situação. Falta empatia e acolhimento, para

	de fato ajudar essas mulheres.¶
Girassol	Falta acolhimento por parte de nós mulheres com essas outras mulheres que passam por isso.¶

Fonte: Autora, 2024.

a) Categoria B2 – Expectativas sociais sobre as mulheres

A categoria expectativas sociais sobre as mulheres destaca-se com frequência nos relatos das universitárias. Esse conceito é mencionado tanto para descrever os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres quanto para expressar os impactos dessas expectativas em suas vidas e relacionamentos.

As participantes relatam que essas normas sociais exercem uma forte influência sobre suas escolhas e comportamentos, desde a infância, reforçando a ideia de que devem priorizar o cuidado da família e manter uma postura submissa e conciliadora. Essas expectativas sociais são sustentadas tanto no ambiente familiar quanto na comunidade, constitui a identidade e os valores das mulheres de forma a privilegiar a abnegação e a responsabilidade com o bem-estar dos outros, em detrimento de sua autonomia pessoal.

Os relatos evidenciam que essas normas, transmitidas entre gerações, esboçam dinâmicas que podem ser observadas nas marcas discursivas e nos fragmentos selecionados dos grupos, no quadro a seguir.

Quadro 6. Categoria B2 - Expectativas sociais sobre as mulheres

MARCAS DISCURSIVAS	HETERONORMATIVIDADE – NORMAS SOCIAIS – CUIDADO - REDUÇÃO DA MULHER AO LAR
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Anastácia	[...] a <u>responsabilidade de cuidar</u> assim sempre se recai sobre ela, então <u>ela que tinha que lavar, ela que tinha que passar roupa</u> e ele ainda tinha esses critérios de ter assim, porque tinha assim um emprego bom né, então ele tinha uma ideia de status, de sempre andar arrumado...¶
Rafaela	[...] ser eles e <u>a gente sempre tá em segundo plano</u> e tipo, por a gente lutar contra isso, é como se fosse errado, querer sair dessa padronização fosse uma coisa ruim. Então, tipo a maioria dos meninos sei lá que tem a nossa idade, ou mais novo ou um pouco mais velho, ainda hoje acha que lutar por direitos iguais é uma coisa ruim que não precisa porque já é todo mundo igual.¶
Paola	[...] eu acho que isso é uma violência porque a mulher passa a não existir, ela não é mulher mais, <u>ela é mãe, ela é esposa, ela não é um indivíduo</u> . Eu acho que isso poda muito e quando você se vê, você está sozinha né? Você não tem, quem eu sou? Eu não sou mãe, tipo só mãe, eu sou algo a mais, então acho isso é uma violência muito grande e que é normalizada né?¶

Charlotte	“Minha mãe sempre falava, por exemplo, quando eu tinha meus 13 anos de idade começou surgir estria no meu corpo, aí ela falava Ah, cuida dessas estrias porque nenhum homem gosta de estria no corpo, homem gosta de mulher com corpo bonitinho, corpo magrinho, homem não gosta de mulher barriguda.” [...] ela falava para eu parar de comer muito porque eu iria ficar gorda e nenhum homem iria querer.” [...] nos fatos dos afazeres domésticos, fazer comida, limpar uma casa, lavar uma roupa, ela sempre colocava quando você casar, você não vai saber fazer nada para o seu marido.”
Rita	“Desde criança, eu era uma criança serelepe e as vezes tinha mania de querer falar alguma coisa ou debater algo e já não, “fica quieta porque é menina” ou então, “fica quieta porque nenhum homem nunca vai te querer”. Sabe, essa questão da heteronormatividade.”
Irís	[...] “esses dias minha mãe estava conversando comigo sobre mulheres a partir de X idade não casam mais porque os homens gostam de mulheres jovens, então se você é uma mulher mais velha, você não vai conseguir casar e você tem que casar.” [...] “a gente vai aceitando as coisas mais fáceis, suportar as coisas porque a gente é mulher, a gente é amável, a gente é dócil e dentro de uma relação heteronormativa o homem é o durão e a mulher é a fofa...” [...] “ele pode ser isso e isso e isso, mas você tem que ser quietinha, você tem que ser dona do lar, você tem que ser recatada, saber ouvir, saber entender porque os homens não funcionam como as mulheres, os homens isso, os homens aquilo...”
Janete	[...] “A sociedade ainda vê a mulher como submissa, então, “A mulher tem que casar, ela tem que ter filhos, ela tem que querer ter filhos, né?” Porque hoje em dia se você é mulher e se você diz que não quer ter filhos, as pessoas te julgam. E se você tem filhos, as pessoas te julgam. Se você reclama de alguma coisa da maternidade, até mesmo diz que está cansada.” [...] “a sociedade ainda coloca a mulher ainda nesse lugar de “Você não pode ser livre, tem coisas que você não deve fazer, tem coisas que não são para você”. E eu acho que ainda tem muita essa visão da mulher ter um lar e só ser daquilo ali, se ela não estiver em um relacionamento ela não tem como ser feliz, e ainda continua essa visão hoje em dia.”
Girassol	“Então eu acho que ocorre muita essa concepção, sabe de que a mulher não pode fazer isso, se ela fez aquilo é porque ela tá errada e nunca as ações dos homens são erradas e as culpas cai sobre as mulheres.”

Fonte: Autora, 2024.

6 CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Este capítulo apresenta as singularidades de cada história narrada pelas universitárias participantes do estudo. A análise foi realizada com a articulação dos componentes significativos e os sentidos atribuídos a estes, que levam à constituição das representações sociais sobre a violência de gênero, especialmente a violência psicológica.

A associação das ideias que compõem o discurso de cada participante permite compreender os sentidos que estas elaboraram acerca de suas experiências. Para objetivar a discussão sobre os dados coletados, as categorias serão apresentadas, estabelecendo uma lógica que se inicia com os tipos de violência. Esse eixo permite organizar as diferentes formas de violência dentro do contexto do relacionamento afetivo, cria uma estrutura que possibilita a compreensão das diferentes manifestações de abusos.

Ainda nesse eixo se encontra a categoria patriarcado, a qual permite analisar a violência psicológica dentro do contexto histórico e social das relações de gênero. As normas patriarcais naturalizam o controle, a subordinação e a desvalorização das mulheres. Em seguida, põe-se em foco a categoria violência psicológica, importante para compreensão de como as universitárias percebem as dinâmicas abusivas, em particular no contexto em que a violência é sutil e aparece através da manipulação emocional, como estratégias de domínio e controle psicológico. O ciúme e a manipulação são práticas frequentemente normalizadas em relações afetivas, mas, ao serem analisadas sob a ótica da violência psicológica, revelam as formas sutis de abuso.

Na sequência, apresenta-se o eixo socialização aqui definido como o processo pelo qual as pessoas internalizam normas, valores, crenças e comportamentos. Esse eixo é essencial para entender como as estudantes universitárias desenvolvem suas concepções sobre relacionamentos afetivos e de modo subjacente, sobre a violência psicológica. A categoria “o controle institucional” auxilia na representação de como se constituem as crenças das universitárias. Refere-se à influência das instituições sociais, como a família, a religião, a universidade e as expectativas sociais sobre as mulheres. Ao incluir esta última como uma categoria autônoma, buscou-se evidenciar como a socialização constitui a forma como as mulheres universitárias entendem e respondem à violência psicológica enraizada em normas de gênero e expectativas sociais.

Por fim, para a melhor compreensão da análise, optou-se por sublinhar as expressões que identificam a essência da marca discursiva, transcrevendo alguns dos fragmentos representativos dos grupos focais, nas quais se inserem as unidades significativas da categoria temática analisada.

6.1 Significados e sentidos encontrados na análise dos dados

Os relatos das mulheres revelam que as expectativas relacionadas aos papéis de gênero são naturalizadas desde a infância, sendo transmitidas pela estrutura familiar e legitimadas por convenções sociais e culturais. Desde cedo, as mulheres são ensinadas a assumir funções ligadas ao cuidado e à manutenção do lar, enquanto aos homens são reservadas tarefas que reforçam sua posição como provedores e figuras de autoridade. Essa naturalização é descrita pelas participantes como um processo que torna essas práticas e comportamentos aparentes como "normais" e inevitáveis. A aceitação de que as mulheres são responsáveis por tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens ocupam o papel de chefes e provedores é vista como parte intrínseca da dinâmica familiar. Esse mecanismo promove a invisibilidade das desigualdades, dificultando questionamentos e uma possível ruptura com essas estruturas estabelecidas.

No ambiente familiar, os papéis de gênero constituem a forma como autoridade e cuidado são interpretados e reproduzidos. Aos homens, é conferida a posição de provedores e figuras centrais de poder, enquanto às mulheres é atribuída a responsabilidade pelo bem-estar doméstico e pela harmonia familiar. Os relatos mostram que essas funções vão além das tarefas práticas, abrangendo a obrigação de atender às demandas emocionais dos filhos e do cônjuge, muitas vezes, em prejuízo das próprias necessidades. Essa divisão contribui para a manutenção de um sistema hierárquico que reforça a subordinação feminina e limita sua autonomia.

As participantes relatam que essas normas de gênero influenciam profundamente suas relações e constitui sua identidade. A atribuição de responsabilidades específicas é descrita como um fator que consolida a desigualdade nas dinâmicas familiares. Muitas delas mencionam como foram condicionadas a aceitar essas funções e como isso impactou sua representação sobre si mesmas e sobre o papel que devem desempenhar na sociedade. Os discursos familiares e comunitários reforçam essa estrutura, perpetuando a ideia de que essas

funções são naturais e imutáveis. Essa representação contribui para a dificuldade em contestar ou transformar essas normas, pois elas são vistas como parte essencial do equilíbrio familiar.

A análise dos relatos evidencia como as funções atribuídas às mulheres dentro do eixo da família constitui sua identidade e papel na dinâmica doméstica. Essa categorização surge de forma recorrente nas falas, destacando-se como um elemento chave para compreender a reprodução e perpetuação das desigualdades de gênero.

Na fala a seguir vemos como essa representação de família como definidora dos papéis de gênero é forte na nossa sociedade:

Paola. Dentro da minha casa também, era muito muito muito assim, com os meus pais. É, meu pai era muito ciumento, muito provedor e eu vejo que minha mãe ela abdicou muito da vida dela em prol da família, muito, a minha mãe teve o primeiro filho dela com 25 anos. Ela nem é daqui ela veio da cidade dela para acompanhar o meu pai e ela só começou a trabalhar aos 40 porque não tinha como não trabalhar, porque as coisas foram ficando difícil, muito filho e tal. E eu vejo muito isso, meu podia sair, meu pai nunca deixou de sair, de não fazer as coisas dele. Minha mãe não, até por estar em um lugar muito longe da família dela, longe de qualquer pessoa que ela conhecia mesmo, então acho que em muitas instâncias assim, essas violências que a gente sofre. E acho que a conta, isso se perpetua, acho que fica uma coisa meio que, “ah, é o papel da mulher”, sendo que não é, não deve ser, mas é difícil.

Tokuda, Peres e André (2016) corroboram que gênero desempenha um papel fundamental na construção da subjetividade. Assim como existem processos de produção de mercadorias, há também um processo de produção da subjetividade. Esse processo é extrapessoal e infrapsíquico, mas ocorre no contexto social, sendo que somos influenciados por várias linhas ao longo de nossas vidas. Portanto, a formação de sujeitos pode ser vista como uma forma primordial de produção. As relações de gênero dentro da família têm uma grande importância, já que, historicamente, estavam centradas no poder masculino, enquanto as mulheres eram consideradas secundárias. O patriarca - o patriarcado não se refere apenas ao poder do pai, mas sim ao poder dos homens ou do masculino que, como categoria social - exercia controle sobre as mulheres, crianças, escravizados e vassalos.

No Brasil, ainda segundo Tokuda, Peres e André (2016), a estrutura familiar foi originalmente baseada no patriarcado, algo que ainda se mantém presente na sociedade e na esfera política do país. A diferença de tratamento na educação de meninos e meninas dentro das famílias começou a se evidenciar a partir do século XVIII. Enquanto os meninos eram encorajados a ter experiências pré-conjugais, as

meninas eram submetidas a discursos de preservação e controle de seus corpos. Dessa forma, as famílias eram consideradas mais conservadoras (e respeitáveis) quando suas filhas eram mais resguardadas do que as de outras famílias. Sob essa perspectiva, a imagem da jovem/mulher era associada ao estereótipo de responsável pelo lar, pela proteção dos familiares e pela preservação da moral da família. Logo, a partir desse ponto de vista, as mulheres eram desvalorizadas, o que justificava o controle da sexualidade reprodutiva e de seus corpos pelos homens, resultando em vantagens e controle masculino sobre os papéis sexuais e sociais.

Tokuda, Peres e Andrêo (2016) explicam que as diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos começaram a ser consideradas apenas no final do século XVIII. No entanto, a superioridade na representação da mulher em relação ao homem prevaleceu por um longo período, influenciando, significativamente, os papéis de gênero desempenhados por cada um em diversas áreas, como política, economia e cultura, uma realidade que ainda hoje é evidente. Ser homem ou ser mulher implica ocupar uma posição específica na sociedade, desempenhar um papel dentro de uma determinada cultura e reforçar políticas relacionadas ao prazer.

Para os autores, dentro das dinâmicas familiares, podemos observar uma complexa rede de estratégias e dispositivos utilizados para manter a estrutura familiar, fortalecendo os laços entre pais, filhos e demais membros da família. Essas estratégias visam promover valores e normas, seguindo discursos muitas vezes tradicionais e conservadores, porém, também há resistência a esses modelos, com novos arranjos e relações familiares buscando mais flexibilidade, como as falas das mulheres universitárias mostram. Uma entre tantas linhas na tecelagem é particularmente marcante e determinante, relacionada à questão dos gêneros que constituem e regulam os corpos e seus prazeres desde a primeira infância, persistindo ao longo de toda a vida.

A autoridade masculina era naturalizada desde cedo, reforçada por comportamentos cotidianos e discursos que justificavam a submissão feminina como algo esperado. Exemplo disso é o relato de uma participante que, aos 13 anos, foi advertida por sua mãe a cuidar das estrias no corpo porque “nenhum homem gosta de mulher com estrias ou barriguda”. Esse tipo de orientação revela como as expectativas sociais sobre o corpo feminino são constituídas para atender aos desejos masculinos, estabelecendo uma base para a dominação masculina, tanto no âmbito privado quanto no público.

O que observamos durante o grupo focal é que algumas universitárias relutaram em reconhecer a violência por elas sofridas, mas que reconhecem em outros. Essa divisão do mundo e esse sistema de pensamento baseado em gênero são sustentados e controlados por diferentes formas de violência: desde violência doméstica praticada por homens até estupros, além de abusos no trabalho e nas relações afetivas, como foi mencionado aqui. Todas essas formas de violência têm o objetivo de preservar os poderes que, de forma coletiva e individual, são atribuídos aos homens em detrimento das mulheres. Embora existam discussões em andamento — sobre o tipo de violência, a relação entre divisão por sexo e por gênero, o papel dos homens, e as mudanças atuais —, existe um consenso emergente de que a divisão entre os dois grupos sexuais em gêneros é a base da dominação masculina (Welzer-Lang, 2001).

Agora, sobre a violência psicológica, vejamos o que disse a participante Anastácia:

Anastácia. Eu acho que a manipulação também, a manipulação verbal, é o que pega bastante. Por exemplo, frases que eu acho que quase toda mulher que eu conheço, pelo menos alguém já ouviu “você nunca mais vai encontrar alguém como eu”, “você não vai conseguir mais sem mim”, coisas desse tipo.

No próximo exemplo, teremos um diálogo:

Rafaela. Sofrimento e manipulação, são clássicas.

Aurora. [incompreensível] e Manipulação.

Ana. Acho que é isso né.

Diniz (2017) explica que as relações conjugais e familiares que são caracterizadas pela presença de violência geralmente envolvem manipulação, silêncio e segredo. Essas situações expõem uma dicotomia entre o que é público e o que é privado, evidenciando uma tendência comum de minimizar, banalizar, naturalizar e até psicopatologizar tanto a vítima quanto o agressor, assim como a dinâmica da relação em si. A complexidade e a diversidade das formas, contextos e dinâmicas das relações violentas também revelam preconceitos em relação ao ato de buscar ajuda. Além disso, é importante destacar que os mitos e estereótipos culturais influenciam profundamente as representações sobre a violência, especialmente no contexto conjugal e familiar. Há uma crença comum de que a violência ocorre principalmente fora de casa, com a ideia de que o lar é um local seguro. Outro estereótipo frequente é o de que o agressor é sempre uma pessoa perversa, um criminoso ou um tarado, e que seus atos de violência são explicados por causas

simplistas, muitas vezes associadas ao consumo de álcool, ao estresse ou ao desemprego. Também persiste uma tendência cultural de culpar a mulher, visto que é frequentemente percebida como provocadora, facilitadora ou até co-responsável pela situação de violência.

O ciúme, por exemplo, era frequentemente utilizado como justificativa para restringir a liberdade, impondo limites sobre vestimentas, relações sociais e oportunidades de trabalho.

Agora, vejamos a afirmação de Anastácia acerca do ciúme:

Anastácia. Mas, assim, na frente dos amigos, até dos ditos amigos dele, ele tinha ciúmes, por isso que não gostava que ela se arrumasse porque as pessoas iam ficar olhando, os amigos dele iam ficar comentando, ia ficar dando em cima

Ao mesmo tempo, estratégias de manipulação, como a indução de culpa e a distorção da realidade, minavam a autoconfiança das mulheres e criavam uma dependência emocional. Essa dinâmica era mantida por discursos familiares e sociais que naturalizavam a posição de liderança masculina ao mesmo tempo em que promovia a subordinação feminina.

. No que se refere à manipulação, temos a seguinte fala de Rita:

Rita: Então, conseguia entender o que estava acontecendo, mas não conseguia me desvincular, então como as meninas falaram, apenas a informação não basta, porque a pessoa ela te conhece cada um dos seus trejeitos, ela sabe qual ponto ela vai conseguir te conseguir te manipular. E no final das contas o que aconteceu, a última agressão que ele fez foi uma situação de abuso que eu sofri aqui em Campo Grande e eu recorri a ele, falei “aconteceu isso, estou muito mal e tals” e ele muito solícito, sempre muito aberto, falou que viria para cá, chegou aqui o que ele fez?

Na vida adulta, muitas mulheres relataram dificuldade em reconhecer os comportamentos abusivos a que estavam submetidas. Embora algumas identificassem essas violências, outras mulheres relutavam em admitir que também eram vítimas. Esse padrão reflete a força de um sistema simbólico que valoriza o masculino e desqualifica o feminino, atribuindo aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos, enquanto delega às mulheres tarefas e papéis considerados de menor valor.

A violência de gênero, em suas diversas formas, desde abusos domésticos até limitações impostas no trabalho e nas relações afetivas, é utilizada como ferramenta para preservar esses privilégios.

As tradições religiosas também contribuíram para legitimar essa estrutura, promovendo a abnegação feminina e a ideia de que o homem é o líder natural da família. Esses discursos dificultavam ainda mais a identificação de comportamentos abusivos, pois muitas vezes eram mascarados por ideais religiosos que os tornavam aceitáveis ou até virtuosos. Nesse contexto, a violência psicológica se tornava invisível, profundamente enraizada em normas sociais que perpetuam o controle sobre as mulheres.

Há uma fala da participante Anastácia que representa exatamente essa perspectiva:

Anastácia. Eu não concordo com a religião com essa parte que a gente acaba indo para esse lado porque é o que a sociedade, o que a ciência está embasada. Por mais que às vezes as pessoas entendem que religião e ciência tá separada não dá, é completamente sobre esse viés da religião que orienta o olhar da ciência mesmo. De quais discursos são validados? Um é muito mais o homem que sempre validado e fica naturalizando o sofrimento da mulher.

Essa representação da falta de neutralidade da ciência é uma representação fundamental, justamente porque a ciência moderna tem uma essência classificatória, que tentar neutralizar as desigualdades a partir de questões anatômicas. Nesse contexto, homem é ser homem. Isso implica em diferenças em relação a mulheres, porque eles têm anatomia diferente e esse discurso tem legitimidade nas representações que lhes atribuem papéis diferente, como se fossem biologicamente justificáveis.

A universidade, embora frequentemente percebida como um espaço de formação crítica, também reproduziu muitas das hierarquias sociais presentes na família e na religião. Dinâmicas de poder entre professores e alunos; currículos que reforçam estereótipos de gênero e as crenças sociais dos próprios estudantes contribuíram para a continuidade das relações de dominação. Contudo, a universidade também foi mencionada como um espaço onde as mulheres começaram a questionar essas normas, promovendo reflexões críticas e resistências aos padrões impostos.

Há, nas falas das mulheres em geral, uma representação específica sobre a masculinidade, como algo que é constituído dentro das famílias e que se reproduz

como forma de sociabilidade e como contrato social implícito nas relações afetivas. Aqui, é fundamental recuperar o conceito de masculinidade hegemônica, de Connell (2013). Para a autora, a ligação entre a masculinidade dominante e a maneira como os corpos masculinos são representados é central para entender a violência de gênero.

Para Connell (2013), a relevância da incorporação do corpo masculino para a identidade e comportamento se manifesta em diversos cenários. Durante a juventude, as habilidades físicas se tornam um indicador primordial de masculinidade. Essa conexão entre masculinidade e heterossexualidade na sociedade ocidental é fundamental, com a valorização dos rapazes que possuem parceiras mulheres e a experiência sexual sendo vista como conquista e exploração. Práticas corporais, como consumo de carne e busca por desafios perigosos, também são associadas às identidades masculinas. Isso, por sua vez, influencia a adoção de estratégias de saúde que visam combater a deterioração física, desafiando os padrões tradicionais de masculinidade ou levando os homens a adotarem uma postura mais neutra. Porém, as dificuldades enfrentadas durante os processos degenerativos também estão ligadas à incorporação do corpo, como por exemplo, o envolvimento em práticas arriscadas sendo considerado essencial para construir uma reputação masculina dentro de grupos de amigos.

Ainda conforme a autora, as análises sobre os corpos como sujeitos dos processos de construção social, comuns nas áreas das ciências sociais, são atualmente consideradas inadequadas. Os corpos estão ativamente envolvidos, de forma mais íntima e intrínseca, nos processos sociais do que se acreditava anteriormente. Eles desempenham um papel na ação social ao influenciar os comportamentos sociais. Assim, o corpo atua como um participante na criação de práticas sociais. É essencial compreender não apenas a masculinidade como parte integrante dos corpos, mas também considerar as interações entre as incorporações e os contextos sociais.

Connell (2013) afirma que, para compreender a assimilação e o domínio, é necessário ter em mente que os corpos atuam tanto como alvo quanto como agentes na vida social. Existem conexões entre práticas sociais que conectam processos corporais e estruturas sociais; muitos desses circuitos estão presentes ao longo do curso histórico no qual a sociedade se estabelece. Essas conexões sociais podem ser diretas e simples, ou podem se estender de maneira mais complexa,

passando por instituições, relações econômicas, símbolos culturais, entre outros, no entanto, continuam a envolver os corpos físicos. Para entender o pensamento de Connell (2013), tomemos a seguinte fala:

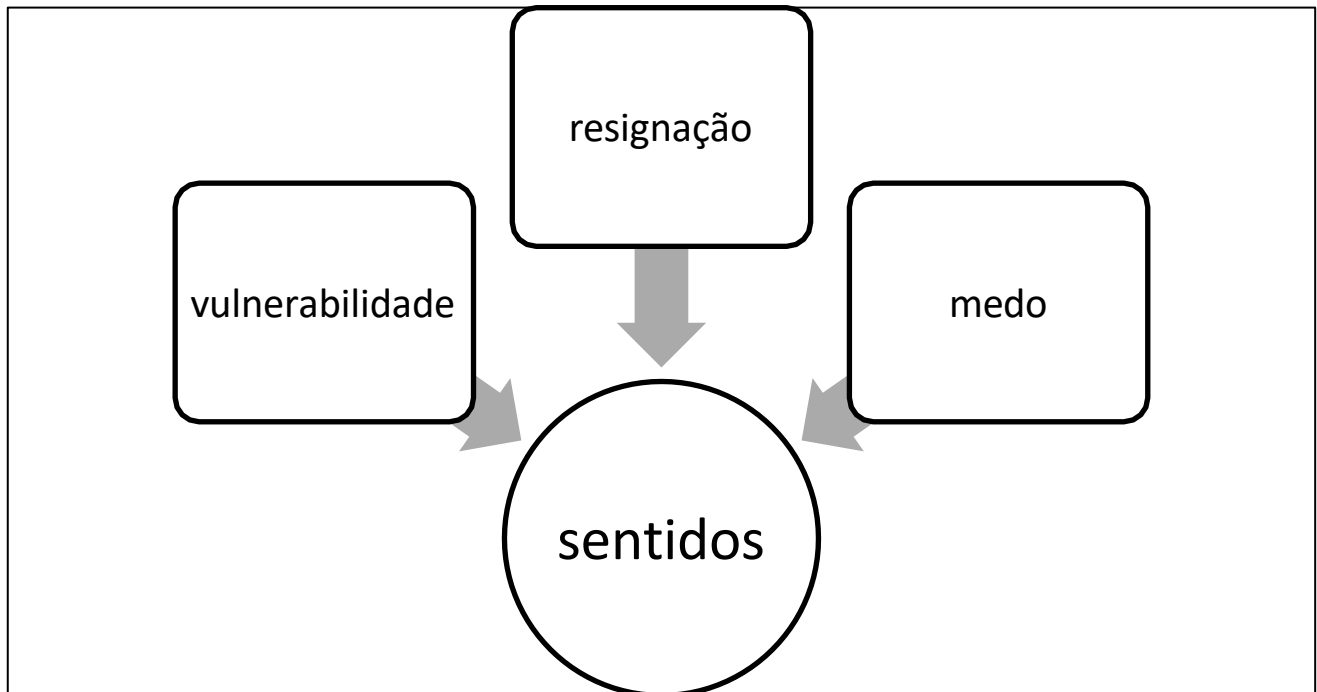
Rita. Teve uma vez, eu era muito nova, eu não fazia coisas ainda, não tinha relação sexual com nem nada. Eu lembro que teve um dia que ele me forçou a apalpar ele e eu não consegui entender muito bem, sai meio chorando, desesperada e lembro que não queria conversar com ele, eu fiquei muito desesperada. Porque, tipo, me acendeu muitos gatilhos e eu lembro que ele mandou para casa uma rosa e chocolates e minha mãe falou que ele estava lá na frente para me receber, mas eu falei que não queria receber ele. Só que eu não tive força de falar com a minha família porque eu tinha certeza de que eles brigariam comigo e achar que eu dei abertura ou algo assim. Eu lembro que minha família inteira falava que ele era muito bobo e que uma hora ele iria se cansar de mim e tentar arrumar alguém melhor.

Antes de qualquer consideração, a narrativa em si já exaspera um caso gravíssimo de violência e masculinidade hegemônica. Esse relato traz à tona o pensamento de Connell (2013), que envolve a representação de que há corpos autorizados a determinadas ações e outros que não estão autorizados a elas. Porquanto, esse homem se sentiu autorizado a uma ação danosa, mas a mulher se sente tolhida em denunciar. Há espaços diferentes de poder que cada corpo pode ocupar.

Essas experiências, acumuladas ao longo da vida, mostram como as instituições sociais — família, religião e universidade — desempenham papéis centrais na construção das representações de gênero e na perpetuação das dinâmicas de controle e subordinação que caracterizam muitas relações afetivas. Como argumentam Almeida e Braga (2024), os corpos femininos são estruturados por forças políticas que os restringem a marcadores sexuais e culturais, apresentados como algo natural e anterior ao discurso. Esse processo, descrito como a docilização dos corpos, subordina o desejo feminino ao controle masculino, negando às mulheres a possibilidade de criar novas significações e de fazer escolhas de vida que rompam com as representações impostas pela cultura. Assim, ao longo do tempo, as mulheres têm suas histórias marcadas por uma luta constante, seja contra a imposição de normas que limitam sua autonomia, seja por encontrar formas de resistir e reconfigurar seu lugar no mundo.

Chegando nesse momento da análise cabe uma reflexão sobre os sentidos produzidos por essas mulheres universitárias narrando suas histórias, falando de mães e amigas. É o que veremos na figura 9 a seguir:

Figura 10. Unidades de sentido



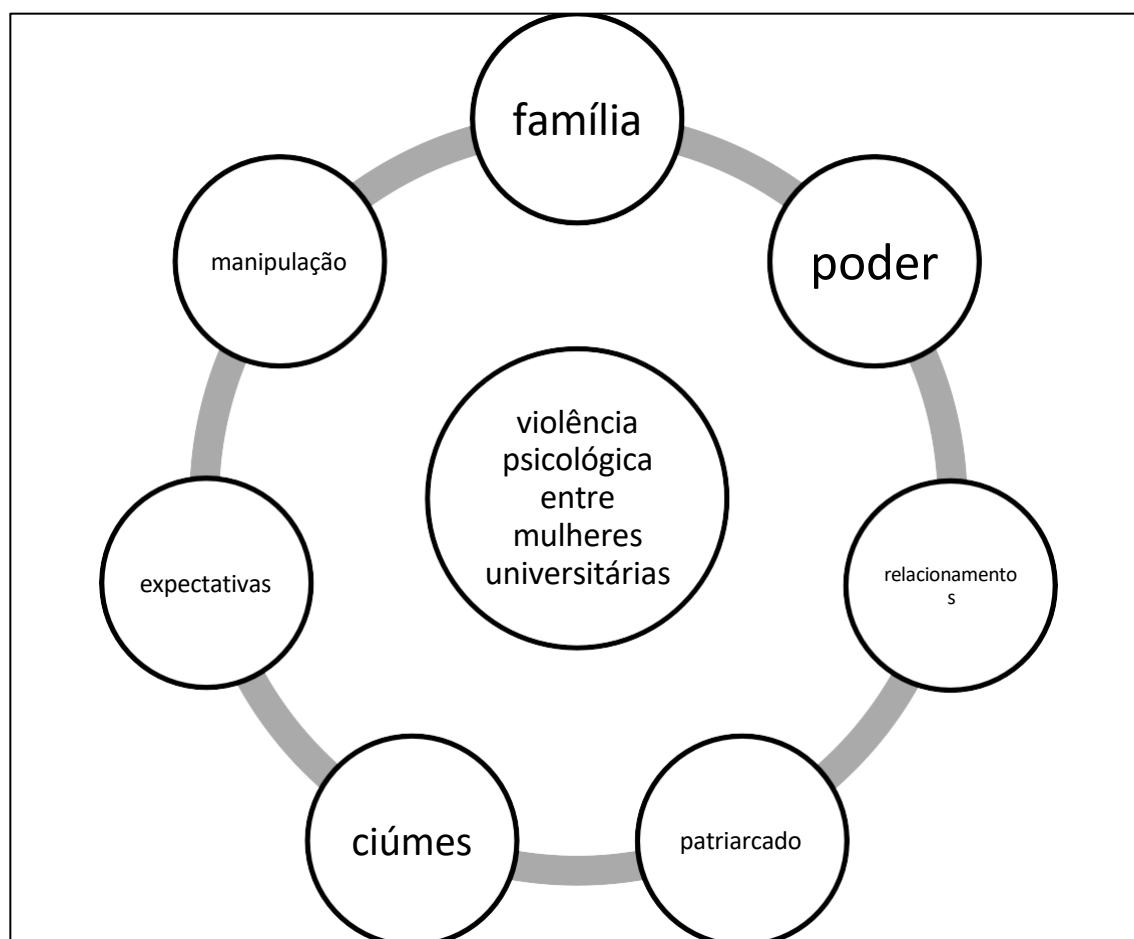
Fonte: Autora, 2024.

Há diversas emoções presentes nas respostas, mas aqui escolhemos conceitos de sintetizam os sentimentos relatados como exemplos.

Fundamentando-se nas respostas obtidas, é possível avaliar que, por serem estudantes universitárias, as mulheres têm um repertório linguístico e cognitivo que permite a elas se perceberem com mais facilidade em situações de violência psicológica de gênero ou perceberem pessoas íntimas e queridas nas mesmas situações. Por isso, atribuir sentido ao que vivem ou observam outras viverem é mais fácil.

Referente a esse trabalho, diante do tema da pesquisa “violência de gênero em mulheres universitárias”, construímos o seguinte núcleo figurativo:

Figura 11. Núcleo Figurativo



Fonte: Autora, 2024.

Adicionamos a palavra patriarcado no núcleo figurativo – embora ela não tenha sido usada nas falas das mulheres em grupo focal – porque entendemos que esse conceito sintetiza o padrão de relações familiares descrito pelas mulheres.

O núcleo figurativo mostra que as mulheres universitárias são capazes de narrar situações em que elas mesmas, familiares ou amigas, sofreram violência psicológica nas relações afetivas, as quais têm como pano de fundo os papéis de gênero. Elas têm a representação que a origem dessa violência é cultural e que se constitui principalmente a partir da família; entidade que define papéis de gênero diferentes para meninos e meninas. Nas entrelinhas do que as mulheres narram, percebem-se expectativas sociais para que elas cumpram o seu papel em sociedade, ou seja, algo relacionado com o mundo doméstico e do cuidado. Ainda, nas relações de poder, produzem sentidos discursivos que apontam para o ciúme e a manipulação como estratégias de poder do homem sobre a mulher.

Nesse ponto, é importante retomarmos a pergunta que motiva esta pesquisa, aquela que perscruta a forma como estudantes universitárias, constantemente expostas a informações, percebem e identificam a ocorrência de violência psicológica em seus relacionamentos, tanto presente quanto passado. Durante os grupos focais, as mulheres foram capazes de narrar diversas situações de violência psicológica, porém, nem sempre relacionadas, diretamente, às suas próprias experiências. Muitas vezes, elas relataram casos envolvendo amigas, conhecidas, mães e avós. Esse padrão indica uma tendência de externar as experiências de violência, abordando-as de maneira indireta. Notou-se uma facilidade maior para falar sobre a vivência de outras pessoas do que sobre as próprias.

Ao trazer à tona histórias de terceiros, as participantes pareciam evitar o confronto direto com suas próprias experiências dolorosas, o que revela um mecanismo de proteção emocional. Esse comportamento indica um certo grau de dificuldade ou resistência em reconhecer e verbalizar a violência sofrida por elas mesmas. Como resultado, os relatos sobre as vivências de outras mulheres foram mais frequentes e detalhados, enquanto as experiências pessoais foram menos exploradas e discutidas.

Essas narrativas, focadas em figuras próximas, sugerem que a violência psicológica ainda é um tema sensível e cercado de complexidades, onde o discurso sobre o "outro" serve como uma espécie de escudo para proteger o "eu".

Ribeiro e Sobral (2021) afirmam que, quando nos expressamos, também revelamos nossas conexões, as informações interpretadas por nós como membros de um grupo, questionamos nossa própria identidade e a dos outros. Destacamos quem somos em relação aos outros membros do nosso grupo (movimento intragrupal) e, além disso, dirigimo-nos de forma diferente aos membros de outros grupos para destacar características do nosso próprio grupo (movimento intergrupalo).

Assim, ainda conforme os autores, as identidades são influenciadas por conceitos compartilhados que servem de base para explicar e guiar nossas decisões como indivíduos culturalmente localizados. A interação entre eu e o outro pode ser interpretada como indivíduos que se comunicam por meio de conceitos trazidos à tona pela linguagem. Esses conceitos são revelados e evocados pelos diferentes papéis sociais desempenhados na comunicação entre os interlocutores. O vazio, portanto, é o espaço estabelecido para que o outro se aproxime e se conecte com o

eu, criando uma nova dinâmica dentro do eu, que se transforma, assim, em um novo eu para o outro.

Ribeiro e Sobral (2021) discutem que o discurso na elaboração representativa precisa ser compreendido não apenas como um meio para o processamento das representações sociais, mas também como uma condição essencial para a sua existência. Através do discurso, o sistema representativo é estabelecido e disseminado, tornando-se acessível aos membros da sociedade. O discurso possibilita a reconfiguração das representações identitárias ao utilizar modelos culturais, institucionais e sociais. Como mencionado, o indivíduo constitui o grupo social e, ao mesmo tempo, é influenciado por ele, criando uma interação que revela tanto a história pessoal quanto coletiva do grupo social. Essa dinâmica é facilitada pelas relações dialógicas.

Ainda conforme os autores, quando expresso "minha" opinião, juntamente com outros, falamos como uma comunidade unida. Não se trata apenas do "eu falo", mas também do "se fala". Existe uma conversa anônima, uma voz que representa a sociedade como um todo. Durante essas interações, o indivíduo confronta sua própria realidade, a realidade de seu grupo e a da sociedade em geral, lidando com diferentes vozes (a sua, a do grupo, a dos outros). Nesse processo, inevitavelmente, ele se transforma e transforma o ambiente ao seu redor, guiado pela presença da diversidade. O indivíduo busca compreender as representações sociais, transformando em algo familiar os conhecimentos, as imagens e crenças compartilhados em sua interação com outros. Em outras palavras, ele trabalha com a materialização através da expressão de pensamentos, atitudes, valores, etc., revelando sua subjetividade e ao mesmo tempo externando, simbolicamente, a realidade representada.

Essas diversas abordagens e possivelmente outras não mencionadas aqui apontam para a valorização do conhecimento prático, da vivência pessoal, e para o reconhecimento da existência de múltiplas formas de racionalidade; o que se adapta às características das diversas sociedades e comunidades contemporâneas e aos métodos de busca e compreensão do conhecimento nesses contextos. Dessa forma, diferentes grupos enxergam um mesmo assunto de modos variados, sem que essas diferenças signifiquem necessariamente desigualdade. É fundamental compreender a diversidade como algo único e essencial, conforme defendem as lutas dos grupos minoritários.

A representação social é uma maneira característica de compreender sociedades que lidam com a rápida disseminação da informação, demandando um constante processamento do novo, sem espaço para a preservação de tradições. Essa representação não é uma simples cópia da realidade, mas sim uma tradução dela. Assim como o objeto que tenta retratar, a representação social está em constante transformação. É dinâmica e fluida. Em meio a uma grande quantidade de traduções que fazemos diariamente, tornamo-nos uma sociedade de "sábios amadores" (Moscovici, 1961), na qual é valorizado falar sobre o que todos estão falando, já que as comunicações se constituem as representações. Isso significa que o sujeito do conhecimento é ativo e criativo, não apenas um receptor passivo do mundo, mas alguém que interage constantemente com ele.

Arruda (2002) explica que a representação social é uma maneira característica de compreender sociedades que lidam com a rápida disseminação da informação, demandando um constante processamento do novo, sem espaço para a preservação de tradições. Essa representação não é uma simples cópia da realidade, mas sim uma tradução dela.

Ainda segundo Arruda (2002), são as circunstâncias que cercam a criação, ou seja, elas são as principais responsáveis pela capacidade de explicar, de interpretar o significado que os grupos atribuem ao objeto representado. Os estudiosos da teoria afirmam que toda representação tem sua origem em um sujeito (seja individual ou coletivo) e está relacionada a um objeto. Toda representação é feita por alguém sobre algo. Toda representação está ligada a um objeto e possui um conteúdo. E o "alguém" que a elabora é um sujeito social, inserido em condições específicas de seu tempo e espaço.

Assim sendo, não é redundante ratificar que as mulheres que aqui falam possuem acesso a informações, não apenas por meio da universidade, mas também por todo o repertório online. Por isso, esse "alguém" que fala traz um repertório amplo de conhecimentos sobre gênero.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu do seguinte questionamento: considerando a violência contra a mulher tem alto índices, e a realidade de acadêmicas, ou jovens em idade universitária não é diferente, quer se investigar: as acadêmicas conseguem identificar que estão sendo alvo de violência psicológica? Como elas representam a violência psicológica? Para tanto se desdobrou no seguinte objetivo central e específicos.

O objetivo central desse trabalho foi analisar as representações sociais de estudante universitárias sobre a violência psicológica em relacionamentos afetivos, no município de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Para alcançar esse objetivo foi realizada uma investigação, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, que seguiu os critérios teóricos e éticos da pesquisa social com seres humanos.

Não há como apreender as representações sociais sem identificar os sujeitos, em seu contexto histórico e qual espaço social ocupam no momento que em produzem os enunciados discursivos. Nosso corpus foi formado por mulheres estudantes universitárias, as quais mostraram compreensão sobre as relações de gênero como um processo de dominação. De maneira geral, as mulheres mostram que não possuem a representação de gênero como um dado biológico, mas percebem gênero como construção social.

O primeiro objetivo específico foi conhecer os aspectos históricos, sociais e culturais da constituição de gênero. Esse objetivo foi alcançado pela revisão da literatura, que trouxe autores preocupados com a desconstrução do conceito de gênero e em enfatizar seu caráter político e reprodutor de relações de poder.

O segundo objetivo específico foi identificar os sentidos atribuídos à violência psicológica pelas universitárias participantes do estudo. Por meio do conceito de ancoragem da TRS, pudemos responder a esse objetivo. Avaliamos que o conceito de masculinidade hegemônica, segundo Connell (2013), constitui-se em um dos principais elementos ancoradores dessa análise, que explora como a sociedade constrói e reproduz um ideal dominante de masculinidade. Esse conceito permitiu analisar as dinâmicas de poder que influenciam as representações das mulheres sobre suas experiências em relacionamentos afetivos, com foco nas interações de controle emocional e violência psicológica. Ele também facilita a compreensão das expectativas e pressões impostas pelo modelo masculino dominante, que atua como força estruturante nas representações de gênero e na naturalização de certas formas de dominação nas relações afetivas, oferecendo uma base sólida para

interpretar as narrativas das mulheres e o impacto dessas dinâmicas em suas vivências.

Finalmente, o terceiro objetivo foi elencar os elementos que configuram as RS de violência psicológica para as universitárias participantes do estudo. Esses elementos foram apresentados no núcleo figurativo e apontam que o patriarcado é um conceito central organizador da sociedade contemporânea, legitimando relações de poder e mantendo relações hierárquicas entre homens e mulheres.

As representações são conceitos simbólicos presentes em discursos e no pensamento coletivo acerca de questões que impactam a sociedade. Nos discursos analisados, há representações sociais que podem ser percebidas.

As representações sociais foram fundamentais para entender o quanto e o como as mulheres participantes do grupo focal expressam violência psicológica nas relações afetivas causadas pelos papéis de gênero e pela dominação masculina.

A pesquisa é crucial para o ensino superior, pois contribui para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e seguro. Ao incorporar discussões sobre gênero e violência nos currículos, as universidades ajudam as estudantes a reconhecerem sinais de abuso emocional e a entenderem seus direitos, promovendo a igualdade de gênero e a prevenção de abusos. Isso também fortalece a capacidade das universitárias de buscar apoio e denunciar comportamentos abusivos, o que impacta positivamente sua saúde mental e o desenvolvimento pessoal.

Para a psicologia, esse estudo oferece uma compreensão mais profunda das dinâmicas emocionais nos relacionamentos abusivos, o que é essencial para o aprimoramento das práticas terapêuticas e de intervenção. A discussão sobre gênero e violência psicológica na graduação fortalece o empoderamento das estudantes, permitindo que elas identifiquem padrões de controle emocional e rompam ciclos abusivos. Assim, a pesquisa desempenha um papel fundamental na formação de profissionais mais preparados para lidar com questões de violência e desigualdade de gênero.

O estudo realizado oferece contribuições para o estado da arte ao explorar as representações sociais sobre a violência psicológica em relacionamentos afetivos sofridos pelas universitárias. No entanto, como toda pesquisa, ela apresenta algumas limitações. Uma das principais limitações é o foco exclusivo em mulheres universitárias de uma única universidade. Comparar outras universidades poderia trazer novas perspectivas de análise.

Além disso, a metodologia utilizada, baseada em grupos focais, embora rica em aprofundamento qualitativo, por causa das limitações de tempo, da divulgação, não foi

possível organizar um grupo maior; sendo assim, dificultou a captura de todas as nuances das experiências individuais, uma vez que a dinâmica de grupo pode influenciar aquilo que as participantes escolhem compartilhar ou omitir.

Dada essa limitação, futuras pesquisas poderiam expandir o escopo da investigação para incluir mulheres de diferentes níveis de escolaridade e contextos socioculturais diversos. Seria interessante avaliar como mulheres com baixa escolarização percebem a violência de gênero, em especial a violência psicológica, e se elas enfrentam desafios semelhantes ou distintos na identificação e reconhecimento das situações de abuso.

Outra linha de pesquisa poderia explorar as representações sociais sobre a violência psicológica entre mulheres de diferentes faixas etárias ou em diferentes fases da vida, para verificar se a representação e as experiências de violência mudam ao longo do tempo. Além disso, estudos comparativos entre diferentes regiões geográficas poderiam revelar como os contextos locais influenciam as concepções e experiências de violência psicológica.

Essas investigações futuras contribuiriam para uma compreensão mais abrangente da violência de gênero e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção e enfrentamento em diversos contextos sociais.

7 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Por dia, quase 51 mil mulheres sofreram violência no Brasil em 2022. **Violência contra as mulheres em dados**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/por-dia-quase-51-mil-mulheres-sofreram-violencia-no-brasil-em-2022/>> Acesso em: 09 jul. 2024.

ALMEIDA, S. S. A violência de gênero como uma violação dos direitos humanos: a situação brasileira. In: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005, São Luís - MA. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2005. Disponível em: Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Suely_Sousa_Almeida.pdf> Acesso em: 15 fev. 2023.

AMANCIO, L. B. **Masculino e Feminino**: a construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

AMANCIO, L. O gênero no discurso das ciências sociais. **Revista Análise Social**, v. 168, p. 687-714, 2003. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

AMARAL, R. **A tipificação da violência psicológica como crime**. Artigo Científico (Graduação em Direito) - Centro Universitário Campo Real: Guarapuava, RJ, 2020, 22 f. Disponível em: <http://repositorio.camporeal.edu.br/index.php/tccdir/article/view/389/153>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 10, n. 117, p. 127-147, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/T4NRbmqpmw7ky3sWhc7NYVb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ARRUDA, A. Feminismo, gênero e representações sociais. **Textos de História**, v. 8, n. 1/2, p. 113-138, 2000a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27805/23903>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ARRUDA, A. Mudança e representação social. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 3, p. 241-247, 2000b. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a03.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BALESTERO, G. S.; GOMES, R. N. Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**. Brasília, v. 24, n. 66, p. 44-49, 2015. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BARUFALDI, L. A. , SOUTO R. M. C., CORREIA, R.S.B.; MONTENEGRO, M. M. S.; PINTO, I. V. SILVA, M. M. A.; LIMA, C. M. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWPMHqtbdrdJmJrG5CL5MzC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 mai. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BLAY, E. A.; Conceição, R. R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 76, p. 50-56, 1991.

BRASIL. (Constituição Federal de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. (Lei Maria da Penha). **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. (Lei do Feminicídio). **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. (Lei de Criminalização da Violência Psicológica e Programa Sinal Vermelho). **Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areasde-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, C. H. **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

CAMPO GRANDE NEWS. Mato Grosso do Sul já registra 51 casos de violência doméstica por dia em 2024. **Campo Grande News**, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/mato-grosso-do-sul-ja-registra-51-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2024>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CASIQUE, L.; FUREGATO, A. R. F. Violência contra a mulher: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 14, n. 6, p. 950-956, dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/PKjsM9ngxJXf7VTpHkx4GGs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023

CASTROVIEJO, R. C.; LIRA, L. M.; RIBEIRO, L. P. Violência doméstica em tempos de pandemia no Brasil. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 36, p. 630-646, mai., 2022. Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/1594/1082>. Acesso em: 15 fev. 2023.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Routledge. 2000. 283p.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC> Acesso em: 15 ago. 2024.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence Against women of color. **Stanford Law Review**. Stanford, vol. 42, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA, T. R. A.; SOUSA, R. C. B. Violência psicológica contra a mulher: dor invisível. **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. n. 1, p. 2-11, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30783>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DATA SENADO. **Pesquisa Data Senado/OMV: violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2021. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/?pesquisa=violencia_domestica_familiar. Acesso em: 15 jun. 2023.

DINIZ, Gláucia R. S.. Trajetórias conjugais e a construção das violências. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 31-41, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 out. 2024.

d'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Revista Interface**, v. 23, p. 1-5, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2019.v23/e190650/pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DORIGON, A.; SILVÉRIO, B. C. A violência contra mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha e do feminicídio. **Revista Âmbito Jurídico**. São Paulo, v. 169, 2018.

ECHEVERRIA, G. B. A Violência Psicológica Contra a Mulher: Reconhecimento e Visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018. DOI:

10.9771/cgd.v4i1.25651. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25651>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Acesso em: 05 set. 2024

FECLESC, N. B. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. **Biblioteca do Ministério Público da Bahia**, 2010.

FBSP (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA). **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3. ed. Brasília: FBSP, 2021a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2023.

FBSP (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 15. ed. Brasília: FBSP, 2021b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERNANDES, M. P. **Sobrevivi, posso contar**. 2. ed. Ceará: Armazém da cultura, 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira e Folha de São Paulo, 1988.

FIGUEIREDO, V. A. A. **Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais**. 2009. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/3687> > Acesso em: 28 mar. 2022.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. **Revista Psicologia e Sociedade**. v. 24, p. 207-214, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 de julho de 2024.

FONTE, V. R. F.; SPINDOLA, T.; FRANCISCO, M. T. R.; SODRÉ, C. P.; ANDRÉ, N. L. N. O.; PINHEIRO, C. D. P. Jovens universitários e o conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Escola Anna Nery**. Rio de Janeiro, RJ. 2018.

G1. Jornalista *G1 Mato Grosso do Sul*, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/02/13/jornalista-ea-segunda-vitima-de-feminicidio-em-ms-neste-ano.ghtm>. Acesso em: 06 mar. 2025.

GSHOW. Rodriguinho diz que corpo de Yasmin Brunet 'já foi melhor' e web reage. **Gshow**. 13 jan. 2024. Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb-24/dentro-da-casa/noticia/rodriguinho-diz-que-corpo-de-yasmin-brunet-ja-foi-melhor-e-web-reage.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2024.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more

progressive union. **Sage Journals**. v. 3, ed. 2, p. 1-33.

HOOKS, B. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Acesso: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

JODELET, D. Representations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. (Org.) **Les Representations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JORDAN-ZACHERY, J. **Black Women, Cultural Images, and Social Policy**. Editora Routledge. 1ª edição. 230p. 2010.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO G. L. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 7-24.

LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Tese [Doutorado em Ciências] – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP – USP): Ribeirão Preto, SP, 2009, 241f. Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/30_05_2011_09_04_36_61.PDF. Acesso em: 6 jan. 2023.

MACHADO, I. V.; GROSSI, M. P. Da dor no corpo à dor na alma. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 561-576, 2015.

MAITO, D. C.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; SEVERI, F. C.; VIEIRA, E. M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. 2019. **Revista Debates, Violência de gênero na universidade**, Botucatu, São Paulo, 2019.

MATOS, M. L.; GITAHY, R. R. C. **A Evolução dos Direitos da Mulher**. Colloquium Humanarum, vol. 4, n. 1, 2007. Disponível em: < <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/223/606> >Acesso em: 30 mar. 2024.

MAY, V. M. **Pursuing Intersectionality, Unsettling Dominant Imaginaries**. Routledge. 2015. 300 p.

MENDES, S. R. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENEGUETTI, A. C. G.; BAGGENSTOSS, G. A. A atuação tardia e fragmentada atuação do estado brasileiro no combate à violência contra as mulheres em período pandêmico. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, 2002.

MESQUITA, A. P.; SILVA, G. F.; LEONCIO, A. K. S. A violência contra as mulheres em tempos de pandemia: reatualizando a caça às bruxas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 35, p. 181-195, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5375>. Acesso em: 18 mai. 2023.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Editora Fiocruz, 2016.

MONTEBELLO, M. A proteção internacional aos direitos da mulher. **Revista da EMERJ**, v.3, n.11, p. 155-170, 2000. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5375>. Acesso em: 01 set. 2023.

MONTEIRO, R. R. R. **Vulnerabilidades vividas por jovens universitárias em suas relações afetivas íntimas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ): Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/18588/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rafaella%20Reis%20Rivadavia%20Monteiro%20-%202021%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, S. M. S. Violência contra mulher: um reflexo da brutalidade machista. **Revista de Direito Unifacex**, Natal -RN, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/1171/379>. Acesso em: 6 jun. 2023.

OLIVEIRA, J. M.; AMANCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-26X2006000300002/7243>. Acesso em: 01 set. 2023.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher de 1995**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/s3wGPJ9MM33JKRHPn5MW6CS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2023.

PREUSS, A. A.; JUNIOR, J. R. P. Violência Psicológica: Diagnóstico e Tratamento Jurídico, para o cumprimento da Lei Maria da Penha. 2016. **Revista Âmbito**

Jurídico. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/312/354>. Acesso em: 26 abr. 2022.

RABELO, N. Violência contra mulher lidera denúncias, MS condena mais de 2 mil, mas desafio ainda é cultural. **Mídia Max, Campo Grande/MS**, 07 de agosto de 2023. Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/violencia-contra-mulher-lidera-denuncias-ms-condena-mais-de-2-mil-mas-desafio-ainda-e-cultural/?__goc_wbp__=0077300022mPFFJQc5fgJAVXp1HVGfqujTpA Acesso em: 01 set. 2023.

RIBEIRO, P. B.; SOBRAL, A. Eu, o outro (Outro) e o vazio na constituição da representação identitária. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 37, n. 1, p. 2021370110, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/bmLXSKqkHKNx9dhBYHxGvrf/?lang=pt> . Acesso em: 15 set. 2024.

RESENDE, R. C.; EPITÁCIO, S. A influência dos tratados e conferências internacionais para a institucionalização dos direitos da mulher no Brasil. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 5, n. 1, p. 61-68, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/3232/2004>. Acesso em: 01 set. 2023.

ROWLEY, H. **Tête-à-Tête: Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SÁ, M. M. S. **Violência psicológica e seus impactos no seio familiar no âmbito da lei maria da penha**. (2021). Artigo Científico (Graduação em Direito) – Faculdade Evangélica de Goianésia (FACE): Goiânia, GO, 2021, 23 f. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O Poder do macho**. São Paulo: Moderna LTDA, 1988.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna LTDA, 2010.

SANTOS, C. M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. p. 153-170, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11080>, Acesso em: 30 mar. 2022.

SANTOS, N. R. **A violência física e psicológica nas relações afetivas de mulheres universitárias de um município do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Saúde e Educação) – Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP): Ribeirão Preto, SP, 2019, 96f. Disponível em:

<https://tede.unaerp.br/bitstream/handle/12345/192/000007f0.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SANTOS, J. REZENDE M. M. Violência psicológica entre jovens parceiros íntimos: uma revisão bibliográfica. **Revista Uniandrade**. Curitiba, 2021.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**.

Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SCHNEIDER, I. **Descrição e caracterização das concepções de violência e violência de gênero entre universitárias de Bauru/SP**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO): Bauru, SP, 2022, 45f. Disponível em:

<https://repositorio.unisagrado.edu.br/bitstream/handle/1265/1/DESCRI%c3%87%c3%83O%20E%20CARACTERIZA%c3%87%c3%83O%20DAS%20CONCEP%c3%87%c3%95ES.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2023.

SCHRAIBER, L.; d'OLIVEIRA, A. F.; HANADA, H.; FIGUEIREDO, W. COUTO, M.; KISS, L.; DURAND, J.; PINHO, A. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Revista Interface**. Botucatu, p. 41-54. 2003.

SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência, Direitos Humanos e Saúde: a violência contra a mulher como questão para políticas e programas de saúde. In: COHEN, C.; OLIVEIRA, R. A. (Org.). **Bioética, Direito e Medicina**. 1. ed. Barueri: Manole, 2020, p. 1-14.

SCHULTZ, I. L.; GERK, M. A. S.; NUNES, C. B.; PARANHOS FILHO, A. C.; BARROS, W. M.; CAÑEDO, M. C.; ZOLIN, K. P.; SOUZA, S. S. Violência doméstica contra a mulher em Campo Grande, Mato Grosso do Sul: situação e realidade.

Research, Society and Development. v. 10, n. 15, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22637>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SCHWAB, B.; MEIRELES, W. **Um soco na alma: relatos e análises sobre violência psicológica**. 1. ed. São Paulo: Pergunta Fixar, 2017.

SEMESP. Pesquisa aponta que 80% dos jovens querem ingressar no ensino superior em 2024. **SEMESP**. 07 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2023/12/07/pesquisa-aponta-que-80-dos-jovens-querem-ingressar-no-ensino-superior-em-2024/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991. p. 7.

SEMU, Subsecretaria de Políticas para a Mulher. **Relatório Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande – MS**. Campo Grande, 2018. Disponível em: <

<https://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em: 30 mar. 2022.

SENADO, Agência. Data Senado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. **Senado notícias**. Brasília/DF, 21 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SEUS, B. S. **Simone de Beauvoir e a libertação da mulher: do existencialismo sartriano à moral da ambiguidade**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 11, n.21, p. 93-103. 2007.

SILVA, L. E.L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tWkf7gCRjdr8wxNFCqqjszL/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022

SIQUEIRA, V. B. LEAL, I. S. FERNANDES, F. E. C. V.; MELO, R. A.; CAMPOS, M; E; A. L. Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. **Revista APS**, v. 21, n. 3, p. 437-449, jul./set., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16379/8460>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, C. R. Violência de gênero no Brasil e na América Latina: um enfoque psicanalítico, a produção de conhecimento e perspectivas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 80-96, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11284/7389>. Acesso em: 1 fev. 2023

SILVA, A. Mato Grosso do Sul já registra 51 casos de violência doméstica por dia em 2024. **Campo Grande News**, Campo Grande/MS, 11 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/mato-grosso-do-sul-ja-registra-51-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2024>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SIQUEIRA, C.A.; ROCHA, E. S. S. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**. Macapá – AP, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: < <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107/63> > Acesso em: 20 mar. 2024.

TERRA, M. F.; d'Oliveira, A. F. P.; SCHRAIBER, L. B. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Revista Athenea Digital**. Barcelona, v. 15. p. 109-125. 2015.

TOKUDA, A. M. P.; PERES, W. S.; ANDRÊO, C. Família, Gênero e Emancipação Psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 921-931, out. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rLthf4hjdQWD35tGHGts5Ld/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2024.

UNIVERSIDADE. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/universidade/>>. Acesso em: 18 abril. 2024.

VENTURINI, A. C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais [...]** Florianópolis, SC, p. 1-15, 2017. Disponível em:

https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História (São Paulo)**. v. 38, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

XAVIER, L. S.; COSTA, M. C.; SILVA, A. C. **Violência contra a mulher: violência psicológica como pressuposto para as outras formas de violência**. Artigo Científico (Graduação em Direito) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): Rio Grande do Norte, RN, 2016. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/64856/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev. 2023.

8 APÊNDICES

8.1 Apêndice – A

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. Dados de Identificação:

Nome fictício:

Idade:

Raça/etnia:

Estado civil:

Filhos:

Profissão:

Escolaridade:

Curso:

Ano de ingresso no curso:

2. Representações Sociais e relações de Gênero Concepção do feminino

Concepção sobre ser mulher; e

O Lugar e o fazer da mulher na sociedade.

3. Representações Sociais de Violência Psicológica

Concepção de violência e violência psicológica; Elementos que considera violência psicológica;

Se identifica como alguém que já sofreu algum tipo de violência; Narrativas de violências sofrida;

Motivo atribuído ao ato de violência Autor e tipo de relação com o agressor, Tempo convívio com o autor; e

Tipo de relação e situação atual com o agressor; Descrição da violência e sentimentos que geraram.

8.2 APÊNDICE – B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada Representações Sociais da mulher universitária sobre a violência psicológica em suas relações afetivas no âmbito da cidade de Campo Grande - MS, desenvolvida pela pesquisadora Ana Paula Vicentini Boni. Tal estudo tem por objetivo central analisar as representações sociais sobre a violência psicológica em relacionamentos íntimos de afeto das universitárias. As representações sociais de violência psicológicas serão analisadas, sob o alicerce da Teoria das Representações Sociais, abarcando suas dimensões cognitivas, sociais, econômicas, sociais, psicológicas e políticas.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem que lhe incorram quaisquer prejuízos. Caso alguma solicitação ou pergunta lhe pareça inadequada, poderá deixar de responder, e até mesmo desistir de participar da pesquisa.

Ressalta-se que sua colaboração será respaldada pela confidencialidade das informações; e se faz importante para a execução da pesquisa, pois o presente estudo pode contribuir para futuros projetos de pesquisa, elaboração de políticas públicas, intervenções psicossociais, bem como revisão dos currículos acadêmicos no sentido de integrar a temática violência psicológica em suas múltiplas dimensões.

Rubrica do participante: _____ Rubrica do pesquisado

A participação será possibilitada por meio de sua anuência, mediante assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do qual lhe será entregue uma via. Sua participação consistirá em responder a uma série de perguntas e dialogar com a pesquisadora a partir do grupo focal que abordará temas relacionados a violência psicológica.

O encontro entre pesquisadora e participante, ocorrerá em local, data e horário que melhor atenda às necessidades de acessibilidade, deslocamento e conforto sinalizados pelos participantes. Ademais, prioriza-se a escolha de local reservado e seguro, atendendo ao critério da confidencialidade, sigilo e aos critérios de biossegurança necessários. Decorrerá pelo tem pode 50 minutos aproximadamente e, se autorizado, será gravado. A gravação se faz condição indispensável, para que se possa realizar a análise adequada do conteúdo exposto.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e lhes são garantidos o anonimato, a preservação de sua imagem e o sigilo das informações. Não será divulgada a sua voz, tampouco dados que permitam sua identificação. Todas as informações obtidas neste grupo serão utilizadas para fins exclusivamente acadêmicos, voltados os objetivos da pesquisa citada. Ninguém, além da pesquisadora, saberá de suas respostas, sendo que apenas pesquisadora e participante terão acesso a este documento.

Todos os dados oriundos da coleta de dados (grupo, transcrições e gravações) ficarão apropriadamente armazenados em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora (Ana Paula Vicentini Boni), pelo período de cinco anos, conforme a resolução CNS nº 466/2012. A qualquer momento, dentro deste período a população participante poderá solicitar as informações. Após este período os dados serão devidamente descartados

Esta pesquisa oferece riscos mínimos aos participantes, os quais se relacionam a possibilidade de serem suscitadas emoções ligadas a experiências de perdas pessoais ou de pacientes, no decorrer do grupo. Caso seja necessário, a pesquisadora envolvida se compromete a prestar suporte psicológico aos participantes da pesquisa, bem como facilitar encaminhamentos que se façam necessários, auxiliando na busca de profissionais qualificados da psicologia ou psiquiatria, na rede pública, privada ou convênios, que possam lhe prestar atendimento (de acordo com as possibilidades e vontade do/da participante). Os/as participantes terão direito a tal assistência, seja no decorrer, ou mesmo posterior ao encerramento da pesquisa.

Rubrica do participante: _____ Rubrica do pesquisado

Ademais, considerando a pandemia do Covid-19, toma-se o encontro presencial para a realização da coleta de dados, como risco subjacente a este estudo. Nesse sentido, compromete-se a pesquisadora a possibilitar segurança nos encontros, adotando medidas de prevenção a riscos e prejuízos, provendo a integridade dos/das participantes.

Para tanto, respalda-se nas seguintes ações: a) Ofertar, para o momento do encontro, local arejado

– à céu aberto, distante de aglomerações ou local fechado, com janelas abertas - assegurando também o sigilo e confidencialidade das informações; b) Manter o distanciamento social; c) Uso de máscara tipo cirúrgica ou PFF-2; d) Manter à disposição álcool em gel 70%; d) Higienização do local de encontro, em caso de local fechado; e) Higienização de objetos a serem manuseados pelo participante.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será ressarcido. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado.

A pesquisadora se compromete em apresentar a você os resultados da pesquisa, caso seja solicitado, por meio de relatórios dirigidos aos participantes. Os resultados também poderão ser publicados em revistas científicas, artigos científicos, e no formato de dissertações e teses, bem como apresentados em eventos científicos, sendo preservadas a identidade e privacidade (sua e das demais pessoas envolvidas).

Salientamos que caso concorde em participar, sua participação tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de remuneração ou custos com este grupo. Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será ressarcido. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado.

Esse termo é regido em duas vias, sendo uma da participante da pesquisa e outra, da pesquisadora. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável das seguintes formas: E-mail: anapaulaboni@hotmail.com ou através de contato telefônico, pelo número (18)99168-0556.

Rubrica do participante: _____ Rubrica do pesquisador: _____

Caso necessite de esclarecimentos sobre os direitos como participante e a condução ética do estudo, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos da UFMS, no telefone (67)3345- 7187 ou no endereço, Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró-Reitoria – Hércules Maymone, 1º andar, E- mail: cepconeppropp@ufms.br, com atendimento ao público das 07h30 às 11h30 e das 13:30 às 17h30.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Dessa forma, o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que o estudo atenda aos princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Ana Paula Vicentini Boni
Pesquisadora responsável

Assim, você: declara estar ciente de todos os esclarecimentos dispostos no presente termo, compreendendo os objetivos, implicações, benefícios e riscos em participar da pesquisa; entende que sua participação é totalmente voluntária e que, durante a realização do grupo, poderá interrompê-la quando desejar, sem sofrer quaisquer prejuízos.

Você autoriza que seja gravada, em áudio?

() Sim

() Não

_____, _____ de _____ de _____.

Local e data

Assinatura da participante

8.3 APÊNDICE - C

CONVITE

Convite para participação em pesquisa Cara Universitária, lhe convido a participar da pesquisa "VIOLÊNCIA SILENCIOSA: violência psicológica em relacionamentos íntimos de afeto", por meio da qual pretendemos compreender as representações sobre a violência psicológica em relacionamentos íntimos de afeto.

Para que possa contribuir com nosso estudo, pedimos que observe se atende aos seguintes critérios:

- a) Mulheres;
- b) Acadêmicas matriculadas em universidades de Campo Grande – MS da rede pública e/ou privada;
- c) Maiores de 18 anos e que concordam participar desta pesquisa, assinando o TCLE.

Sua contribuição consistirá em participar de um grupo focal com a pesquisadora responsável, que abordará as questões: representações sociais sobre a violência psicológica em relacionamentos íntimos de afeto. Esclarecemos que o grupo só acontecerá após anuência de participação, mediante assinatura do TCLE; e que lhe é garantido o direito de não responder a qualquer pergunta ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos e sem que necessite se justificar.

Para manifestar seu interesse em participar ou esclarecer dúvidas:
Pesquisadora responsável: Ana Paula Vicentini Boni - mestranda em Psicologia pela UFMS E-mail: anapaulaboni@gmail.com Telefone/WhatsApp: (18) 99168-0556

8.4 APÊNDICE - D

REPORTAGEM UTILIZADA PARA O GRUPO E VIDEO

Por Jana Sampaio, Thaís Gesteira

Leia na íntegra: <https://veja.abril.com.br/brasil/dormindo-com-o-inimigo-a-violencia-psicologica-contra-mulheres/mobile>



Duda Reis, 19, influencer – (Reprodução/Instagram)

Duda Reis, 19, influencer

“Tinha 17 anos quando nos conhecemos. Com o tempo, os galanteios deram lugar ao ciúme excessivo. Começou a controlar minhas roupas e até minhas amizades. Ele me fazia crer que eu tinha culpa pelas oscilações de humor dele. Era muito inexperiente e me deixei levar.”

O Brasil é o país que mais pesquisa no Google sobre o assunto, seguido de Portugal, Jamaica, África do Sul e Estados Unidos. Segundo a fundação americana One Love, que oferece cursos on-line para ensinar as pessoas a reconhecer problemas e diferenciar as relações saudáveis das doentias — mais de 100 milhões de alunos já se matricularam neles —, as mulheres entre 16 e 24 anos são as que mais sofrem violência psicológica por parte dos parceiros. Outro estudo mostra que, entre as vítimas, muitas nem sequer enxergam os maus-tratos como comportamento abusivo, e, além de sentirem vergonha e medo de denunciar, precisam encarar a desconfiança geral que costuma acompanhar suas queixas. “Para esse grupo de mulheres, a violência psicológica é uma forma de lesão corporal, em razão do dano à saúde psíquica”, dispara Izabella Borges, advogada de Duda e Bárbara, que contratou uma equipe de psicólogos para acompanhar os casos e comprovar que as alterações psíquicas sofridas pelas clientes foram causadas pelos agressores.



Yasmin Brunet, 32, modelo – (Reprodução/Instagram)

Yasmin Brunet, 32, modelo

“Vivi uma série de relacionamentos abusivos. Achava que amor era aquilo. Era tão manipulada que não fazia nada sem consultá-los. Não tinha confiança em mim mesma. Estava certa de que o problema era eu. Foi doloroso aceitar que precisava de ajuda para sair dessa prisão. Hoje me sinto livre.”

No princípio são só flores, demonstrações de afeto e juras de amor eterno. Com o tempo, entra o ciúme travestido de cuidado, que por sua vez dá lugar às ofensas, humilhações e tentativas de controlar cada passo. À briga, inevitável, seguem o pedido de desculpas e a promessa de que não vai acontecer de novo. Aí começa tudo outra vez. Eis o ciclo do relacionamento abusivo, um foco de sofrimento que permaneceu escondido sob a fachada de que vida a dois é assim mesmo, até que o problema passou a emergir dentro e fora das redes sociais, impulsionado por depoimentos de celebridades que experimentaram o calvário, como a cantora Anitta, a atriz Cleo Pires, a apresentadora Adriane Galisteu e a modelo Yasmin Brunet. “Sofri toda sorte de agressão e até hoje faço terapia para lidar com os traumas que os namorados tóxicos me causaram. Cheguei a ouvir de um deles que merecia um prêmio por me aturar. Achava que amor era isso”, desabafa Yasmin, 32 anos, que diz ter sido vítima de uma série de relações do tipo e demorado anos para distinguir amor de abuso.

Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=4FK13w5MFIg&t=65s>

Fonte: Youtube, 2024.